



Vilma Silvestre

Vinculação aos Pais e aos Pares, Memórias de Vergonha e Comportamento Antissocial na Adolescência

IPV - ESEV | 2019

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Vilma Manuela de Albuquerque Silvestre

Vinculação aos Pais e aos Pares, Memórias de Vergonha e Comportamento Antissocial na Adolescência

Viseu, 2019

Vilma Manuela de Albuquerque Silvestre

**Vinculação aos Pais e aos Pares, Memórias de Vergonha e
Comportamento Antissocial na Adolescência**

Projeto Final de Mestrado

Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Emília Martins
Professora Doutora Cátia Magalhães



Viseu, 2019

*Ao meu Avô, Manuel de Albuquerque,
minha eterna referência de perseverança.*

AGRADECIMENTOS

O culminar deste ciclo conduz-me à reflexão do caminho até então percorrido e, inevitavelmente, à lembrança das pessoas que me acompanharam e apoiaram a cada passo, contribuindo para o meu desenvolvimento e aprendizagem. Reservo, assim, este espaço para manifestar o meu profundo agradecimento:

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Emília Martins e Professora Doutora Cátia Magalhães, por todos os ensinamentos. Agradeço o apoio inexcedível, o rigor, as apreciações críticas e correções, que enriqueceram este trabalho. Sou-lhes grata pelas palavras de incentivo e pela confiança em mim depositada.

Aos demais Professores de Mestrado, que foram também os meus mentores nesta jornada. Expresso um agradecimento especial à Professora Doutora Maria João Amante, pela compreensão e motivação, e ao Professor Doutor Francisco Mendes, pela disponibilidade e colaboração no tratamento dos dados estatísticos.

A todos os autores dos instrumentos utilizados neste trabalho, validados para a população portuguesa, que, com generosidade, autorizaram a sua implementação.

Ao Dr. Tiago, Diretor Técnico da Comunidade Terapêutica, por ter consentido a presente investigação na instituição, convicto de que as práticas educativas e terapêuticas se devem fundamentar no conhecimento científico.

Aos adolescentes que participaram no estudo, pela confiança e honestidade na partilha de aspetos tão pessoais, como as experiências de vinculação, de vergonha e de desvio.

Aos meus pais, por serem a minha base segura, permitindo-me explorar o mundo na certeza de que, no regresso, me receberão com o seu abraço reconfortante. Agradeço-lhes por incutirem em mim o sentido de missão e a empatia, valores essenciais na minha vida pessoal e profissional. Obrigada por serem exemplo, por aceitarem e apoiarem as minhas decisões, por me amarem incondicionalmente.

À minha querida irmã, Maria Elisa, pelo amor e pela sua alegria que inspira e encoraja. Agradeço a cumplicidade, o seu olhar atento e o coração bom, onde cabe toda a compreensão e paciência. Sou grata pela sua existência.

Aos amigos e colegas que contribuíram, direta e indiretamente, para que superasse os desafios deste meu percurso, agradeço a presença, o afeto e a cooperação.

A Deus, minha fortaleza, por me guiar e amparar em todos os momentos.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre qualidade da vinculação aos pais e aos pares, comportamento antissocial e memórias de vergonha interna e externa, estudando-se o comportamento destas variáveis de acordo com o género, o agregado familiar, a idade e o tempo de institucionalização dos participantes.

Participaram neste estudo quantitativo 48 adolescentes, dos 14 aos 17 anos de idade, de ambos os sexos, institucionalizados em comunidade terapêutica. Foram administrados os instrumentos *Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA)*, *Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)*, *Escala de Vergonha Interna (ISS-A)* e *Escala de Vergonha Externa (OASB-A)*, adaptados e aferidos para a população portuguesa, para avaliar, respetivamente, a vinculação à mãe, ao pai e aos pares, o envolvimento em comportamentos antissociais, a vergonha interna e a vergonha externa.

Os principais resultados apontam para a existência de diferenças significativas na vinculação aos pais em função do agregado familiar. A ausência do pai não se relaciona significativamente com o padrão de vinculação à mãe, mas associa-se a uma vinculação insegura ao pai. Os adolescentes que se encontram institucionalizados há mais tempo na comunidade terapêutica praticam menos comportamentos antissociais e apresentam menor vergonha interna. É na vinculação aos pares que mais se encontram correlações significativas com a vergonha interna e externa, evidenciando-se a importância dos pares, comparativamente aos pais, na regulação emocional dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência, Comportamento Antissocial, Vinculação aos Pais, Vinculação aos Pares, Memórias de Vergonha

ABSTRACT

This study intends to analyse the relationships between quality of parents and peers attachment, antisocial behavior, and internal and external shame memories, by studying the behavior of these variables according to gender, household, age and time of institutionalization of the participants.

The sample consists of 48 adolescents, 14 to 17 aged, from both genders, institutionalized in therapeutic community. Participants responded to the *Inventory of Adolescent Attachment (IPPA)*, *Deviant Behavior Variety Scale (DBVS)*, *Internal Shame Scale (ISS-A)* and *External Shame Scale (OASB-A)*, adapted and validated for the portuguese population, to assess, respectively, mother, father and peer attachment, involvement in antisocial behavior, internal shame and external shame.

The results obtained allowed to conclude that there are significant differences in parents attachment according to the household. The father absence is not correlated to the pattern of mother attachment, but is associated with an insecure father attachment. Adolescents who have been institutionalized longer in the therapeutic community practice less antisocial behavior and have less internal shame. There are more significant correlation with internal and external shame in peer attachment, which demonstrates the importance of peers, compared to parents, in the emotional regulation of adolescents.

Keywords: Adolescence, Antisocial Behavior, Parent Attachment, Peer Attachment, Shame Memories

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	2
1. AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS	2
2. A VINCULAÇÃO.....	3
2.1. Padrões de Vinculação	5
2.2. Vinculação aos Pais e aos Pares	6
3. O COMPORTAMENTO ANTISOCIAL NA ADOLESCÊNCIA.....	11
3.1. A Influência da Família: Vinculação aos Pais e Comportamento Antissocial	13
3.2. A Influência dos Pares: Vinculação aos Pares e Comportamento Antissocial ...	17
4. AS MEMÓRIAS DE VERGONHA	18
4.1. As Memórias de Vergonha e a Vinculação.....	21
4.2. As Memórias de Vergonha e o Comportamento Antissocial na Adolescência ...	22
CAPÍTULO II – PLANO DE INVESTIGAÇÃO	24
1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	24
1.1. Formulação do Problema e das Hipóteses.....	24
2. METODOLOGIA	26
2.1. Definição das Variáveis.....	26
2.2. Operacionalização das Variáveis	26
2.2.1. <i>Características sociodemográficas</i>	26
2.2.2. <i>Características institucionais</i>	27
2.2.3. <i>Vinculação aos pais e aos pares</i>	27
2.2.4. <i>Comportamento antissocial</i>	27
2.2.5. <i>Memórias de vergonha interna e externa</i>	28
2.3. Sujeitos: População e Amostra	28
2.4. Instrumentos	29
2.4.1. <i>Questionário de caracterização sociodemográfica e institucional</i>	29
2.4.2. <i>Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA)</i>	29
2.4.3. <i>Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)</i>	30
2.4.4. <i>Escala de Vergonha Interna (ISS-A)</i>	30
2.4.5. <i>Escala de Vergonha Externa (OASB-A)</i>	31
2.5. Procedimento.....	31
2.6. Técnicas Estatísticas	32

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	32
3.1. Vinculação, características sociodemográficas e características institucionais	32
3.1.1. <i>Vinculação em função do género</i>	33
3.1.2. <i>Vinculação em função do agregado familiar</i>	33
3.1.3. <i>Relação entre vinculação e idade</i>	35
3.1.4. <i>Relação entre vinculação e características institucionais</i>	36
3.2. Comportamento antissocial, características sociodemográficas e características institucionais	36
3.2.1. <i>Comportamento antissocial em função do género</i>	38
3.2.2. <i>Comportamento antissocial em função do agregado familiar</i>	39
3.2.3. <i>Relação entre comportamento antissocial e idade</i>	40
3.2.4. <i>Relação entre comportamento antissocial e características institucionais</i> .	40
3.3. Memórias de vergonha, características sociodemográficas e características institucionais	41
3.3.1. <i>Vergonha em função do género</i>	41
3.3.2. <i>Vergonha em função do agregado familiar</i>	42
3.3.3. <i>Relação entre vergonha e idade</i>	42
3.3.4. <i>Relação entre vergonha e características institucionais</i>	42
3.4. Vinculação aos pais e vinculação aos pares	43
3.5. Vinculação aos pais e aos pares e comportamentos antissociais	45
3.6. Memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares..	46
3.7. Memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXOS	63
ANEXO A – Questionário	65
ANEXO B – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)	77
ANEXO C – Pedido de Autorização para utilização do Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA).....	78
ANEXO D – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Vergonha Interna (ISS-A)	79
ANEXO E – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Vergonha Externa (OASB-A)	80

ANEXO F – Pedido de Autorização à Direção Técnica da Comunidade Terapêutica para aplicação do Questionário	81
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise descritiva da vinculação no IPPA e no presente estudo	33
Tabela 2. Média e desvio-padrão da vinculação à mãe segundo o agregado familiar	34
Tabela 3. Padrão de vinculação à mãe, ao pai e aos pares por características sociodemográficas	34
Tabela 4. Variedade do comportamento desviante (DBVS) por género.....	37
Tabela 5. Análise descritiva da vergonha interna, autoestima e vergonha externa nas escalas validadas para a população portuguesa e no presente estudo	41
Tabela 6. Correlação entre a vinculação aos pais (mãe e pai) e a vinculação aos pares	43
Tabela 7. Correlação entre as dimensões da vinculação aos pais (mãe e pai) e da vinculação aos pares.....	444
Tabela 8. Correlação entre vinculação e comportamentos antissociais.....	45
Tabela 9. Correlação entre memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares.....	477
Tabela 10. Correlação entre memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais	49

LISTA DE ABREVIATURAS

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CT – Comunidade Terapêutica

DBVS – Escala de Variedade do Comportamento Desviante

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência

IPPA – Inventário sobre a Vinculação na Adolescência

ISS-A – Escala de Vergonha Interna

OASB-A – Escala de Vergonha Externa

INTRODUÇÃO

O Homem é um ser gregário, estabelecendo, desde a primeira infância, relações sociais, emocionais e afetivas, na proximidade com as figuras primárias – parentais ou figuras próximas e/ou substitutas –, e depois alargando a outras figuras de referência ao longo da vida, como os pares, assumindo tais interações um papel preponderante no seu desenvolvimento, na formação da sua personalidade e no seu comportamento presente e futuro.

Centrando-nos especificamente no período da adolescência, ressalta-se que é neste estágio que os sujeitos constroem a sua identidade, procuram autonomia e desenvolvem relações significativas para além do contexto familiar. A este respeito, torna-se fundamental o enfoque no processo de vinculação, mas também no processo de experiência da vergonha, que acontece no seio das relações interpessoais.

Considerando o elevado número de comportamentos antissociais nas sociedades contemporâneas, mormente entre os jovens, entendemos ser pertinente estudar a vinculação aos pais e aos pares e as memórias de vergonha interna e externa e perceber se estão relacionadas com a prática destes comportamentos. Com efeito, recorreu-se a uma amostra de adolescentes com comportamentos antissociais institucionalizados em comunidade terapêutica.

Para a escolha do tema, teve influência o facto de serem escassos os estudos sobre comportamentos antissociais em adolescentes institucionalizados em comunidades terapêuticas, mas também serem poucos os estudos que aprofundam as relações entre estas variáveis. Onde, considera-se que todos os contributos nesta matéria serão uma mais-valia para melhor compreender os comportamentos antissociais e fatores de risco associados e, assim, diminuir a sua prevalência.

O presente trabalho estrutura-se em duas partes. A primeira parte, de natureza teórica, inicia-se com uma abordagem às comunidades terapêuticas para adolescentes com condutas desviantes; de seguida, faz-se referência à vinculação aos pais e aos pares, ao comportamento antissocial na adolescência, e, por último, às memórias de vergonha interna e externa, aludindo-se às relações dos conceitos entre si.

Num segundo momento, consideramos o plano de investigação, onde se apresenta o estudo e os seus objetivos e se formulam o problema e as hipóteses. Depois faz-se referência à metodologia a adotar, ou seja, são definidas variáveis, descritos os participantes, os instrumentos e os procedimentos. Segue-se a apresentação e discussão dos resultados e finaliza-se com as conclusões.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1. As Comunidades Terapêuticas

Entende-se por comunidade terapêutica a unidade especializada de tratamento residencial de longa duração, em regime de internamento, que tem como finalidade apoiar e reabilitar, a nível biopsicossocial, pessoas com dependência de substâncias psicoativas, potenciando a sua reinserção, através de um programa terapêutico implementado por uma equipa multidisciplinar com supervisão psiquiátrica (IDT, 2011). Se, inicialmente, a população-alvo destas unidades atendia a indivíduos adultos toxicodependentes, os novos padrões de abuso e as novas problemáticas associadas ao uso de substâncias aditivas conduziram a uma necessidade de adaptação destes contextos terapêuticos, alargando-se a intervenção a populações específicas, entre as quais jovens adolescentes com consumos e/ou com percursos judiciais de gravidade e longa duração e, eventualmente, com medidas judiciais restritivas da liberdade (IDT, 2011). Assim, compreende-se que o internamento em comunidade terapêutica nem sempre seja voluntário, podendo os adolescentes ser encaminhados a cumprir medida de promoção e proteção e/ou medida tutelar educativa por parte do Tribunal ou das CPCJ.

Tal como nos indica o manual com as Linhas Orientadoras para o Tratamento e Reabilitação em Comunidades Terapêuticas (IDT, 2011), todos os adolescentes que integrem uma comunidade terapêutica devem estar sinalizados à CPCJ, sendo, por isso, considerado que se encontram em situação de perigo por assumirem comportamentos ou se entregarem a “atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança (...) ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (cfr. art. 3º/1 alínea g, da Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro). Com efeito, os adolescentes, do género masculino e feminino, que cumprem um programa terapêutico em comunidade terapêutica, podem assumir, para além de comportamentos de consumo, outras condutas de inadaptação social.

São elencados como objetivos primordiais das comunidades terapêuticas a promoção do autocontrolo sobre o consumo de substâncias psicoativas, a mudança de padrões negativos a nível comportamental, cognitivo e emocional, e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a fim de os utentes melhorarem as relações

interpessoais e concretizarem projetos de vida integrados no futuro. Predomina a visão da comunidade terapêutica como uma sociedade organizada, estando todas as atividades – lúdicas, pedagógicas, terapêuticas e ocupacionais – direcionadas para uma transformação, para a integração social e individual, com tónica nas relações afetivas entre utentes, entre utentes e técnicos, mas também entre utentes e a sua família (IDT, 2011; Vieira, 2007).

A família tem, efetivamente, um papel preponderante nesta equação de tratamento, no que respeita ao acompanhamento e suporte, entendendo-a Vieira (2007, p.20) como “elemento imprescindível no tratamento, quer como aliado ao serviço da separação/individuação (...), quer envolvendo-a (...) no projeto futuro de reinserção socioprofissional”. O restabelecimento dos vínculos a nível familiar é, segundo o autor, uma prioridade, sempre que se revela possível a integração da família no processo de intervenção. Desta forma, entende-se como primordial a explanação do conceito de vinculação, no sentido de melhor se compreender a necessidade de serem trabalhados aspetos vinculativos, essencialmente entre os utentes e a sua família, nestes contextos terapêuticos.

2. A Vinculação

Segundo a Teoria da Vinculação (*Attachment Theory*), desenvolvida por Bowlby, a partir da década de 50, mas também por Mary Ainsworth (1985), a vinculação compreende uma relação emocionalmente significativa, persistente e não transitória – embora não seja terminantemente imutável ou insubstituível (Bowlby, 1980, cit. por Machado, 2004) – que envolve uma figura em particular, por quem se experiencia uma atração e se tem um acentuado desejo de proximidade.

Nesta abordagem clássica da vinculação, elencam-se como elementos fundamentais os comportamentos instintivos, determinados biologicamente, que visam promover a proximidade com pessoas significativas, nomeadamente em momentos difíceis ou de stresse, sendo a construção dessa relação uma necessidade básica (Bowlby, 1969/1982). Referimo-nos, então, a um sistema comportamental de vinculação, que congrega não só aspetos comportamentais como cognitivos e emocionais ou afetivos, inerentes às experiências relacionais dos sujeitos, daí poder ser atribuída ao processo de vinculação uma natureza comportamental-cognitivo-emocional (Machado, 2004; Soares, 2009).

A vinculação, sendo comportamental, é observável, e é ainda entendida como um processo ativo de duplo sentido, na medida em que a resposta é influenciada retroativamente (Ainsworth, 1985). No decorrer das interações repetidas com figuras que se tornam progressivamente significativas, ao longo da vida, o sujeito constrói conhecimentos e expectativas relativamente aos outros, ao *self* e ao meio em geral (Machado, 2009; Soares, 2009). A estas representações mentais de si próprio, dos outros e das relações, Bowlby (1969/1982) atribui a designação de *modelos internos dinâmicos de vinculação*, que permitem à pessoa, com a complexificação das inter-relações, dotar-se de um maior autodomínio (Soares, 2009). Consequentemente, estará mais apta a fazer planos para o futuro, a antecipar condições externas, a tomar decisões acerca dos seus comportamentos de vinculação e a controlar mais eficazmente os outros (Machado, 2004). Estes modelos internos do *self* e das relações funcionam, para Machado (2009, p.150), como uma “espécie de guia, filtrando e organizando as experiências relacionais”.

A segurança é o âmago de uma relação de vinculação, que é assimétrica e complementar (Soares, 2009), já que o elemento vinculado procura proteção, conforto ou apoio no elemento que vincula, por reconhecer nele maior capacidade e resistência para se confrontar com o mundo (Bowlby, 1989). Para a criança se sentir efetivamente segura, será fundamental que a figura de vinculação primária, normalmente figura parental, se encontre presente, isto é, acessível e disponível, e que seja responsiva (Ainsworth, 1985).

Neste sentido, foram os procedimentos experimentais de Ainsworth (1989) que permitiram demonstrar e integrar na Teoria da Vinculação, o cuidado, o afeto e a disponibilidade parental enquanto atitudes cruciais na construção de uma base de segurança. É esta que permite à criança sentir-se apoiada e encorajada na exploração do mundo que a envolve, com a certeza de que, se se afastar e tiver de retornar para junto da figura de vinculação, receberá o conforto de que necessita para o seu equilíbrio emocional. Por conseguinte, o sentimento de segurança face à figura vinculativa (em especial a figura materna), de acentuada relevância na primeira infância, contribuirá para a exploração do meio de modo confiante, tendo repercussões na autonomia individual futura (Ainsworth, 1985). Confirmando esta ideia, Gorrese e Ruggieri (2012) indicam que a qualidade da vinculação à mãe, ou à figura cuidadora principal, assume particular importância por ter impacto relevante no desenvolvimento das crianças e na sua capacidade de interação com outras pessoas externas ao sistema familiar.

2.1. Padrões de Vinculação

Partindo das observações de Ainsworth relativas a crianças separadas das mães no Uganda (Ainsworth, 1967, cit. por Soares, 2009), e tendo depois como referência a sua experiência laboratorial denominada por *Situação Estranha*¹ – e as diferenças individuais na interação mãe/criança, sobretudo na resposta à reunião depois da separação –, a autora contribui para a distinção de três categorias ou padrões de vinculação (Ainsworth et al., 1978, cit. por Soares, 2009).

Pertencem ao padrão de vinculação seguro as crianças que procuram ativamente a proximidade com a figura de vinculação (mãe) e revelam segurança na sua presença, sentindo-se confiantes para a exploração do meio. Perante a ausência da mãe, embora possam protestar, permitem-se ser ligeiramente confortadas por uma figura estranha, e revelam satisfação quando ressurgir a mãe, procurando o contacto físico e retomando a exploração do meio (Ainsworth, 1967, cit. por Soares, 2009). Relativamente às percentagens relativas aos padrões de vinculação, na população geral, os estudos interculturais têm considerado a vinculação segura como normativa (Deklyen & Speltz, 2001).

Ao nível do padrão de vinculação inseguro, Ainsworth (1967, cit. por Soares, 2009) menciona duas vertentes: evitante e ambivalente. Relativamente ao evitante, explica que deste grupo fazem parte as crianças que, ao explorar o meio, assumem comportamentos de evitamento e/ou de indiferença face à figura de vinculação (mãe), ignorando-a ou afastando-se dela nos episódios de reunião. São crianças que tendem a não protestar aquando da ausência da mãe e que tratam a figura estranha de forma similar à figura materna. Já no padrão de vinculação inseguro ambivalente, coexistem comportamentos de resistência ao contacto e comportamentos de procura de contacto e interação com a figura de vinculação (mãe), ressaltando-se que aqui a procura ativa de contacto obsta ou inibe a exploração do meio.

Acerca destes padrões comportamentais, acresce ainda um padrão de vinculação identificado a posteriori por Main e Solomon (1986, cit. por Soares, 2009) designado por desorganizado/desorientado. Neste terceiro grupo, os comportamentos

¹ A *Situação Estranha* corresponde a um procedimento laboratorial estandardizado, destinado a bebés com um ano de idade, que visa ativar e/ou intensificar o sistema comportamental de vinculação do bebé. Consiste numa sequência de episódios representativos de situações do quotidiano, com vista a avaliar o comportamento exploratório do bebé, em que medida usa o adulto como base segura, o modo como reage aos estranhos, e ainda a sua reação à separação e à reunião com um adulto familiar/figura de vinculação (Ainsworth & Wittig, 1969, cit. por Soares, 2009).

das crianças caracterizam-se por ser contraditórios, desorganizados e desorientados, existindo movimentos despropositados, assimétricos e estereotípias. As crianças revelam sinais de apreensão e de confusão relativamente à figura de vinculação, considerando Deklyen e Speltz (2001) que esta desorganização no comportamento poderá ser um mecanismo de resposta a um eventual medo causado pela figura de vinculação, decorrente de experiências como ameaça, trauma ou perda.

De acordo com Machado (2009, p.147), o modelo interno de si mesmo (*self*) varia conforme a qualidade da vinculação, refletindo “o sentimento interior que o sujeito construiu de ser amado, cuidado e compreendido [correspondente a uma vinculação segura]; ou, ignorado, negligenciado, incompreendido” [se se tratar de uma vinculação insegura]. Portanto, uma vez que a vinculação decorre ao longo da vida, afetando o desenvolvimento biopsicossocial (Salt, 2013), torna-se premente analisar de que modo os laços estabelecidos entre o indivíduo e as figuras de vinculação, pais e pares, poderão ter implicações nas concepções do *self*, no seu comportamento, no desenvolvimento de competências sociais e emocionais, e nas futuras relações interpessoais.

2.2. Vinculação aos Pais e aos Pares

Na primeira infância, sendo manifesta a vulnerabilidade do ser humano para enfrentar as adversidades do meio, assiste-se a um apelo de proximidade à figura materna como forma de sobrevivência e de defesa em situação de perigo ou de ameaça – “(...) infants who where biologically predisposed to stay close to their mothers were less likely to be killed by predators” (Cassidy, 2008, p.5) –, por isso o comportamento de vinculação cumpre uma função biológica de proteção (Bowlby, 1989).

Desde o nascimento, o ser humano apresenta um sistema comportamental de vinculação que o protege do perigo, tendo um papel ativo na procura de contacto com a figura de vinculação primária, que é, tendencialmente, a mãe biológica, a fim de que ela assegure os seus cuidados básicos, em especial o conforto e a segurança, que sobressaem face à alimentação (Bowlby, 1969/1982). Neste sentido, o autor alude aos estudos de Harlow² (1958, cit. por Soares, 2009) e preconiza, contrariando a corrente psicanalítica de Freud, que não é a gratificação alimentar o impulso que leva o bebé a

² Estes estudos demonstraram que os macacos bebés *Rhesus*, separados das suas mães, passavam grande parte do seu tempo junto de uma mãe artificial de pano, que não dava leite, preferindo a mãe artificial de arame que, por sua vez, era lactante.

aproximar-se da mãe, mas a necessidade de proteção (Bowlby, 1989). A este respeito, Bowlby (1956, cit. por Machado, 2009, p. 144) descreve que a necessidade de o bebé se vincular a uma figura materna “é tão fundamental como a necessidade de se alimentar ou de preferir o calor ao frio. Isto implica a existência de um impulso primário de orientação social, independentemente da necessidade de alimento ou de calor”.

De acordo com Ainsworth (1989), o bebé começa, paulatinamente, a saber discriminar as pessoas do meio envolvente e, conseqüentemente, a direcionar e a diferenciar o seu comportamento de vinculação. Importa, por isso, referir a existência de uma hierarquia das relações de vinculação (Bowlby, 1969/1982), situando-se no topo da hierarquia as figuras de vinculação que passam mais tempo com a criança e que, concomitantemente, cuidam, protegem e investem emocionalmente nesta relação (Cassidy, 2008). Assim, não obstante o facto de a mãe biológica ser, preferencialmente, a eleita pela criança como figura vinculativa principal, o comportamento de vinculação poderá ser orientado para figuras alternativas ou secundárias – como são exemplo os agentes maternantes, as mães de substituição, os pais ou outros elementos que desempenhem esse papel. Normalmente pertencentes ao meio familiar e com uma conduta responsiva face à criança, estas segundas figuras são procuradas quando a figura que ocupa o primeiro lugar da hierarquia se encontra ausente ou não dá resposta adequada às necessidades (Bowlby, 1969/1982).

O envolvimento paterno não é esquecido na Teoria da Vinculação, embora o pai seja encarado, na grande maioria das culturas, como figura vinculativa alternativa. Bowlby (1989) esclarece que o papel do pai, na família, tende a diferir do da mãe, associando-se a figura paterna à criação de desafios, ao suporte no comportamento exploratório da criança, promovendo o seu sentimento de segurança, e ao desenvolvimento de atividades físicas e lúdicas. O mesmo pressuposto é demonstrado por Paquette (2004), que evidencia a acentuada componente física e o contexto de jogo na interação do pai com o filho. O autor confirma que o pai é responsável por estimular, surpreender e desestabilizar momentaneamente a criança, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais (como a obediência e a capacidade de resolução de conflitos), ao encorajá-la a correr riscos. Com efeito, é o pai quem, tendencialmente, impulsiona a criança a abrir-se ao mundo exterior e promove as suas interações sociais, contribuindo para a sua autonomia e garantindo-lhe segurança e proteção.

Nos casos em que há acontecimentos de vida negativos, também designados como *crises*, como o divórcio, conflitos familiares e parentais, ou perda ou ausência de

uma figura de vinculação, poderá assistir-se a mudanças nos modelos internos dinâmicos do sujeito, relativamente a si e às relações com os outros. Assim, tais acontecimentos poderão suscitar alterações nas relações de vinculação com os pais (Moura & Matos, 2008). Em situação de divórcio, Moura e Matos (2008) verificaram que os jovens de famílias divorciadas apresentavam laços emocionais de menor qualidade e menor ansiedade de separação relativamente à figura paterna (sendo o pai quem tendencialmente sai do lar após o divórcio), concluindo-se que a qualidade da vinculação ao pai é a mais afetada com o processo de divórcio parental. Os resultados deste estudo demonstram ainda que, independentemente da estrutura familiar, os adolescentes que provêm de famílias com elevado conflito interparental têm valores inferiores na qualidade da vinculação ao pai e à mãe. Os mesmos autores indicam que nas famílias divorciadas, o padrão de vinculação à mãe é mais seguro comparativamente ao pai, principalmente porque a guarda dos filhos é atribuída, em maior número, às mães que, eventualmente, se podem tornar mais protetoras e afetuosas com os filhos, após o divórcio. Levanta-se, por isso, a questão acerca da influência da estrutura familiar na qualidade da vinculação, referindo-nos McHale, Lauretti, Talbot e Pouquette (2002, cit. por Simões, Filipe & Farate, 2014) que, contrariamente à monoparentalidade, a coparentalidade – quando o pai e a mãe cooperam entre si, partilhando responsabilidades e tarefas educativas – é fundamental na qualidade da vinculação da criança aos pais. Por outro lado, o estudo de Simões, Filipe e Farate (2014) conclui que a qualidade da vinculação das crianças não varia em função do tipo de família.

Ainda que a teoria clássica da vinculação se tenha focado, sobretudo, na relação criança-figuras parentais, a literatura recente tem evidenciado os pares enquanto figuras de vinculação relevantes na adolescência. Os pares são encarados como fontes de suporte social e emocional (Gorrese & Ruggieri, 2012), ou, pelas palavras de Soares (1990, cit. por Soares, 2009, p.105), como um “contexto genuíno de conforto e apoio psicológico valorizado pelo adolescente [sendo com eles] que se ensaiam formas de ser, estar e pensar mais diferenciadas”.

É no período da adolescência, caracterizado por transformações significativas a nível emocional, cognitivo (como o desenvolvimento do raciocínio operatório formal) e comportamental, que se consolida uma representação global da vinculação. Quer isto dizer que se começam a desenvolver laços estreitos com indivíduos externos ao sistema familiar, tornando-se os sujeitos menos dependentes de uma relação particular e

passando a receber influências de outras relações, mais diferenciadas, entretanto construídas (Machado, 2009; Soares, 2009).

Os adolescentes começam a reconhecer as imperfeições dos pais e percecionam-nos, não raras vezes, como “figuras de vinculação na reserva” (Weiss, 1982, cit. por Soares, 2009, p.105), recorrendo a eles em situações de verdadeira necessidade ou stresse (Lee & Park, 2017). Assim, das relações hierárquicas de vinculação na infância, em que uma das figuras recebia os cuidados de outra, vista como mais forte e capaz – sobretudo os pais –, com a adolescência passam a prevalecer relações simétricas de vinculação, entre pares, que dão e recebem, de forma mútua, apoio e cuidado, e cujos padrões de valoração e validação comportamental tendem a assumir acentuado impacto no seu desenvolvimento (Allen, 2008; Soares, 2009). De facto, a qualidade da vinculação aos pares pode influenciar a vida escolar e o desenvolvimento de competências interpessoais, bem como pode afetar a autoestima e a regulação emocional nos adolescentes (Lee & Park, 2017).

Quanto ao género, a literatura evidencia que tanto rapazes como raparigas apresentam um número similar de relações com os pares, embora sejam as raparigas que estejam mais fortemente vinculadas aos pares, apresentando maiores níveis de confiança e de comunicação, conforme indica a meta-análise dos autores Gorrese e Ruggieri (2012). Por sua vez, o estudo de Pace, Martini e Zavattini (2011) demonstra que os rapazes, comparativamente às raparigas, têm uma vinculação mais insegura aos pares, apresentando menores níveis de confiança e de comunicação e, por outro lado, maiores níveis de alienação, ou seja, de isolamento. Estes resultados podem ser compreendidos pelo facto de existir, na base das relações típicas de amizade entre raparigas, uma maior intimidade e profundidade, enquanto as relações de amizade dos rapazes estão mais associadas à partilha de interesses e de atividades, como o desporto (Gorrese & Ruggieri, 2012).

Para se compreender a natureza das relações sociais das crianças e dos adolescentes, bem como o seu nível de funcionamento psicossocial e emocional, é essencial ter em consideração a qualidade das relações de vinculação com os cuidadores primários (Allen, 2008). Face ao exposto, ressalta-se que uma vinculação segura aos pais se associa a uma melhor autorregulação emocional e a maiores níveis de empatia; em oposição, numa vinculação insegura, a criança aprende que a figura cuidadora não está disponível ou tem uma atitude inconsistente, o que fará com que apresente dificuldades em internalizar tais competências no modelo interno do *self* e das relações (Salt, 2013).

Não se observam diferenças significativas na qualidade da vinculação aos pais em função do género, contudo existem diferenças quanto ao padrão de vinculação insegura – evitante e ambivalente; neste sentido, os rapazes têm uma tendência geral a apresentar uma vinculação mais evitante e as raparigas uma vinculação mais ambivalente face aos pais (Scharfe, 2016).

No que concerne ao nível de ajustamento psicológico, destaca-se que uma menor qualidade da vinculação (vinculação insegura) aos pais está significativamente relacionada com sintomas elevados de depressão e de ansiedade entre os adolescentes (Wei, Vogel, Ku & Zakalik, 2005), tal como está associada a uma menor autoestima e a uma menor confiança relativamente a si e aos outros (Vries et al., 2016). Pelo contrário, de acordo com Kullik e Petermann (2013, cit. por Lee & Park, 2017), quando os pais têm um comportamento responsivo e de suporte, os filhos tendem a apresentar maior autoconfiança e a ser bem-sucedidos a lidar com eventos negativos.

No âmbito das ligações entre a vinculação pais-criança e as relações interpares, estudos longitudinais indicam que os adolescentes com vinculação segura na infância demonstram altos níveis de competências socioemocionais, manifestando qualidades positivas relacionais em contexto de amizade, com os pares (Sroufe, 2005). Também Gorrese e Ruggieri (2012) referem que os indivíduos que reportam uma vinculação segura aos pais, em particular à mãe, tendem a desenvolver uma vinculação segura junto dos seus amigos próximos. Em sentido inverso, enuncia-se que uma vinculação precoce deficiente, decorrente de uma separação prolongada ou da incapacidade de a mãe transmitir segurança, pode acarretar consequências graves no desenvolvimento psicossocial do adolescente, que poderá vir a manifestar-se em problemas de relacionamento interpessoal (Allen et al., 1998, cit. por Born, 2005; Machado, 2004).

Os dados anteriormente elencados corroboram a existência de uma continuidade e estabilidade do padrão de vinculação ao longo do tempo (Allen, 2008). De facto, segundo Bowlby (1980, cit. por Machado, 2004), se existirem padrões perturbados de vinculação, estes poderão manifestar-se em qualquer idade, podendo ainda existir uma continuidade e transmissão de padrões de relação entre gerações (Allen et al., 2004). Não obstante este fenómeno, é também compreendida a possibilidade de se quebrar tal estabilidade, através de terapias, de alterações positivas no decurso de vida dos sujeitos ou do desenvolvimento de relações significativas satisfatórias na adolescência ou na idade adulta, pelo que se justifica a premência da intervenção ao nível das representações da vinculação em adolescentes e adultos (Machado, 2004).

3. O Comportamento Antissocial na Adolescência

São várias as denominações correntes na literatura para traduzir os comportamentos que, na adolescência, violam as normas ou as expectativas socialmente estabelecidas, entre as quais se destacam o comportamento desviante, a perturbação do comportamento, os distúrbios comportamentais, o distúrbio de personalidade antissocial, a delinquência e o comportamento antissocial. Enquanto as perturbações e distúrbios de comportamento se inscrevem numa classificação de problemas de saúde mental, a delinquência juvenil constitui um termo de ordem jurídica, traduzindo-se na violação da lei através de atos considerados crime ou contraordenação. De facto, a delinquência juvenil baseia-se num contacto oficial com os tribunais, compreendendo-se como atos delinquentes somente aqueles que podem ser objeto de uma sanção penal. Por seu turno, a designação de comportamento antissocial fundamenta-se numa perspetiva sociológica, englobando genericamente todos os conceitos anteriormente elencados (Fonseca, 2000, cit. por Simões, 2007).

Remetendo-se para a ocorrência de atos que vão desde a oposição e a mentira a comportamentos de maior gravidade (podendo estar contemplados no código penal), como os comportamentos agressivos, o consumo de drogas, furtos e vandalismo, a designação de comportamento antissocial resulta de um construto social, dependendo dos valores, normas e princípios ético-legais vigentes numa dada sociedade e cultura (Cabrera et al., 2017; Negreiros, 2008; Sanches et al., 2016; Simões, 2007). Destarte, e atendendo à sua abrangência, privilegiar-se-á no presente trabalho o termo comportamento antissocial, com ampla referência a qualquer conduta que reflita ações contra o meio – incluindo pessoas e propriedades – que infrinjam as regras sociais em vigor.

No que concerne à relação entre comportamentos antissociais e idade, de acordo com os resultados de investigações conduzidas em países e contextos culturais diversos, constata-se que, no intervalo compreendido entre os 12 e os 17 anos de idade, se está perante um notável aumento da frequência de comportamentos antissociais, e que após este período há um declínio acentuado. Entende-se, portanto, que é no período da adolescência que as taxas de prevalência e de incidência de comportamentos antissociais atingem os valores mais elevados (Negreiros, 2008). De modo a melhor compreender esta relação, recorre-se ao trabalho de Moffitt (2003) e à sua categorização que distingue a delinquência de carreira da delinquência limitada à adolescência.

A delinquência que se limita à adolescência, englobando um maior número de indivíduos, é caracterizada por um início de passagem ao ato raramente anterior aos 11-12 anos e distingue-se pela heterogeneidade dos comportamentos, bem como pelo facto de estes variarem consoante as oportunidades, sendo temporários e situacionais. Está ainda patente neste tipo de delinquência o carácter utilitário dos atos ilícitos – o objetivo de ganho material, de prestígio ou de adesão a um determinado grupo, frequentemente em busca de estatuto, primordialmente nos jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 15 anos (Moffitt, 2003). Segundo Benavente (2002), esta transgressão circunscrita à adolescência poderá ser entendida como normativa para o desenvolvimento, no sentido em que poderá resultar de uma tentativa de o jovem expressar a sua autonomia.

A desistência da delinquência acontece, geralmente, aquando da saída da adolescência, pois é nesta fase que se inicia uma vida afetiva e profissional, que acarreta para o indivíduo novas responsabilidades (Born, 2005). Contudo, constata-se que o término da adolescência não é acompanhado necessariamente pelo abandono das condutas ilícitas, existindo uma delinquência persistente durante a vida que, tal como a anterior, se inicia precocemente. Inerentes a este tipo de delinquência são os problemas neuropsicológicos e o ambiente criminógeno aquando do desenvolvimento da criança ou jovem, destacando-se os problemas de temperamento e de personalidade dos pais – antecedentes genéticos (Moffitt, 2003).

Atendendo às diferenças de género em relação à prática de comportamento antissocial, Morgado e Dias (2016) e Berkout, Young e Gross (2011) indicam que os rapazes apresentam maior vulnerabilidade para a prática deste tipo de condutas em termos de frequência, mas o mesmo também é verificável ao nível da gravidade (Berkout, Young & Gross, 2011). Laberge (1990, cit. por Bouças, 2014) aponta os crimes contra a propriedade, através do furto simples e da fraude, como os mais associados ao género feminino, embora os jovens do género masculino apresentem maior prevalência desses comportamentos. Os rapazes, ao longo do seu desenvolvimento, estão mais envolvidos em furtos, comportamentos agressivos, absentismo escolar e atos de destruição e mentiras (Kazdin & Buela-Casal, 2001). Quanto ao consumo regular de substâncias psicoativas, como álcool, tabaco e drogas, diz-nos Simões (2007) que são também os rapazes que evidenciam maiores níveis de experimentação.

Uma vez que os dados recolhidos na presente investigação são atinentes a adolescentes a cumprir medida em comunidade terapêutica, apresenta-se como exemplo de comportamento antissocial o consumo de drogas ilícitas na adolescência,

sendo os seus preditores frequentemente associados ao contexto familiar e ao grupo de pares. Relativamente à família, destacam-se como fatores de risco a disfunção familiar (Beauvais & Oetting, 1999, cit. por Simões, 2007) e a fraca comunicação entre pais e filhos (Ellickson & Morton, 1999 cit. por Simões, 2007). Quanto ao grupo de pares, ter amigos consumidores é um dos principais fatores determinantes do consumo de drogas na adolescência (Beauvais & Oetting, 1999 cit. por Simões, 2007). Há que, porém, destringir algumas diferenças respeitantes ao género – se os pares parecem ter mais influência nos rapazes, nas raparigas os fatores familiares têm mais impacto (Brook et al., 1998 cit. por Simões, 2007).

Por conseguinte, cabe-nos melhor compreender o efeito dos tipos de organização da vinculação, da qualidade das relações familiares e das relações interpares, bem como dos seus padrões de comunicação, na prática de comportamentos antissociais, para que a família e os pares possam ser reconhecidos enquanto agentes protetores e/ou de risco na trajetória desenvolvimental dos adolescentes.

3.1. A Influência da Família: Vinculação aos Pais e Comportamento Antissocial

No que respeita à família, diz-nos Ferreira (1997, p.920) que se, por um lado, o “funcionamento adequado da família ajuda a inibir os impulsos desviantes”, atuando a família como “um travão contra as influências desviantes, proporcionando ao jovem uma fonte de motivações para se conformar com as normas e regras sociais”, por outro, sublinha-se que os fatores familiares podem constituir importantes preditores da prática de ofensas, essencialmente quando a estrutura familiar apresenta debilidades, se dissolve ou se altera (Farrington, 2002; Negreiros, 2008).

Atendendo à etiologia dos comportamentos antissociais, constata-se que a qualidade da vinculação surge como uma das variáveis que pode assumir tanto um fator de risco como de proteção (Cabrera et al., 2017; Machado, 2004). A presença de uma vinculação segura aos pais pode constituir um fator protetor no que concerne ao envolvimento em comportamentos desviantes, verificando-se que as crianças com estas características tendem a ser mais amigáveis e menos conflituosas junto dos seus pares face às crianças com vinculações inseguras (Marcus & Betzer, 1996, cit. por Machado, 2004; Salt, 2013). Em contraste, uma vinculação insegura aos pais, conjugada com outras variáveis atinentes ao meio socioeconómico, grupo de amigos, género do sujeito, depressão ou alcoolismo da mãe, potencia a manifestação de comportamentos

antissociais na criança e/ou adolescente (Moffitt & Caspi, 2000, cit. por Machado, 2004), que, por sua vez, se associam a dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal, problemas de saúde mental e desvios de comportamento na idade adulta (Salt, 2013).

Se, como vimos anteriormente, uma vinculação insegura aos pais se relaciona com uma baixa autoestima e fraca autoconfiança, compreendemos que, conseqüentemente, tais sujeitos tenderão a apresentar laços sociais enfraquecidos, pelo que haverá uma maior tendência para uma desconformidade normativa e aumento da desviância, tal como postula Hirschi (1969) na sua Teoria do Controlo Social³.

Quanto à vinculação insegura de evitamento, esta relaciona-se com o desenvolvimento de comportamentos agressivos e de isolamento, com maior prevalência e incidência nos rapazes (Machado, 2004). Os pais das crianças ou dos adolescentes que experienciam este tipo de vinculação apresentam um estilo parental caracterizado pela rejeição e pela intrusão, pelo que o comportamento antissocial destas crianças ou adolescentes poderá ser uma reprodução do comportamento a que estiveram expostos por parte dos pais (Henriques, 2014).

O padrão de vinculação desorganizado é apontado por Machado (2004, p.308) como “particularmente significativo no desenvolvimento de problemas de comportamento na infância e adolescência”, entre os quais a agressividade, sobretudo entre indivíduos do género masculino. Também Huebner e Betts (2002, cit. por Bouças, 2014) indicam que a vinculação desorganizada é um forte preditor da delinquência nas raparigas, porém percebe-se que é superior no que concerne aos rapazes (Ozcan & Ozbay, 2006, cit. por Bouças, 2014). Ainda a respeito deste padrão de vinculação desorganizado, Machado (2004) clarifica que, embora surja com maior incidência em famílias que se encontram em situação de risco, caso nestes meios socioeconómicos e familiares adversos exista vinculação segura a uma figura significativa, esta pode constituir um fator de proteção contra o envolvimento em comportamentos antissociais.

Sobre este tema, DeKlyen e Speltz (2001) descrevem a possibilidade de os comportamentos disruptivos precoces, como as birras, a agressão e a desobediência,

³ Hirschi (1969) procurou entender o motivo pelo qual os indivíduos não cometem crimes, compreendendo a família como um dos principais fatores de controlo e de proteção. Quanto mais forte é a vinculação entre a criança e os seus pais, maior será a tendência para que as atitudes da criança estejam em conformidade com as normas legais. Na Teoria do Controlo Social, Hirschi (1969) descreve quatro elementos associados aos laços sociais: *attachment*, que diz respeito aos vínculos com outros indivíduos da sociedade; *commitment*, relacionado com o medo das consequências do crime; *involvement*, isto é, o envolvimento do indivíduo em atividades convencionais na sociedade; e *belief*, que é a crença nas normas e no sistema de valores de uma dada sociedade. O desvio ocorre como consequência do enfraquecimento dos laços sociais, os quais considera como fonte do controlo social.

serem estratégias orientadas para a vinculação adotadas pelas crianças, de modo a poderem receber a atenção e a proximidade dos cuidadores. Ainda segundo os autores, uma vinculação insegura face aos pais pode causar desordens de comportamento a longo prazo, por meio do desenvolvimento de modelos de relação cognitivo-afetivos caracterizados pela desconfiança, raiva, ansiedade e medo. A qualidade da vinculação pode influenciar os processos motivacionais envolvidos nas interações sociais, pelo que é menos provável que a disciplina e o estabelecimento de limites sejam eficazes quando a relação entre pais e filhos é pautada pela ausência de afetos e de responsividade, isto é, quando a vinculação é insegura. Por conseguinte, estas crianças ou adolescentes tendem a não sentir preocupação em agradar os pais e a ter dificuldade em ver os benefícios de relacionamentos recíprocos, podendo, deste modo, começar a manifestar condutas antissociais (DeKlyen & Speltz, 2001). Esta questão desperta-nos para a importância da empatia, referindo Henriques (2014, p.38) que “uma vinculação segura entre pais e filhos facilita o envolvimento de relações interpessoais positivas, prevenindo o comportamento antissocial devido ao conhecimento que o indivíduo tem do impacto do seu comportamento nos outros”.

Com efeito, verifica-se que uma vinculação segura aos pais está mais relacionada com atitudes empáticas e com condutas pró-sociais. Por sua vez, uma vinculação insegura associa-se a menores níveis de empatia, que estão relacionados com a tendência para o comportamento antissocial, particularmente condutas agressivas e ofensivas face aos outros (Salt, 2013). Assim, quando a vinculação aos pais é insegura, as crianças e os adolescentes estão menos aptos a compreender e a aceitar a perspetiva do outro, aumentando a probabilidade de violar os seus direitos e de se envolver em comportamentos de risco (Henriques, 2014).

Associada à qualidade da vinculação no seio familiar, surge o papel das práticas educativas como preditor dos comportamentos antissociais na adolescência. Aludindo-se ao conceito de supervisão parental, respeitante ao grau de monitorização e vigilância das atividades das crianças e jovens por parte dos pais, uma diversidade de estudos comparativos entre delinquentes e não delinquentes demonstram que os pais que apresentam um défice na supervisão parental, não controlando as atividades dos filhos desde idade precoce, tendem a ter filhos delinquentes (Farrington, 2002). Pondo-se o enfoque na adolescência, em casos onde exista uma vinculação insegura aos pais, que pressupõe uma menor comunicação entre pais e filhos, os adolescentes transmitem pouca informação sobre si e são, por seu turno, pouco supervisionados pelos progenitores, podendo dar origem a problemas de comportamento (Vries et al., 2016).

Verifica-se, igualmente, que uma inconsistente e errática supervisão por parte dos pais, relacionada com um padrão de insegurança na vinculação, potencia os comportamentos desviantes (Vries et al., 2016; West & Farrington, 1973, cit. por Farrington, 2002). A inconsistência entre os pais, os métodos inapropriados para responder ao mau comportamento, ou, pelo contrário, a existência de um insuficiente reforço parental aquando de um bom comportamento associam-se à desviância (Farrington & Loeber, 1999, cit. por Farrington, 2002). No mesmo sentido, a fraca qualidade das relações na família, a ausência de expressão emocional por parte dos pais, a ausência de atividades conjuntas, mas também as práticas parentais intrusivas e coercivas podem “minimizar a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais, deixando-o mais liberto para poder responder às solicitações situacionais e ao encorajamento dos amigos” (Ferreira, 1997, p.920). Por conseguinte, tais indicadores poderão também relacionar-se com o isolamento social na adolescência que, por seu turno, poderá ser um fator de risco para a quebra de regras, vandalismo e consumo de álcool entre os adolescentes (Ettekal & Ladd, 2015, cit. por Cabrera et al., 2017).

O estilo de comunicação entre pais e filhos adolescentes é também considerado um indicador para a prática de comportamentos antissociais, constituindo fator protetor quando a comunicação é continuada, e não assente em perguntas que visem somente pedidos de esclarecimento (Cabrera et al., 2017).

Ainda no que respeita aos fatores familiares, Bowlby (1951, cit. por Farrington, 2002, p.675) popularizou a teoria de que “broken homes cause delinquency”, considerando que a privação da presença da mãe durante os primeiros cinco anos de vida de um indivíduo causa efeitos irreversivelmente negativos, entre os quais a prática de comportamentos antissociais. O seu estudo de *44 jovens ladrões* institucionalizados é exemplo paradigmático nesta matéria, identificando Bowlby (1944, cit. por Kobak & Madsen, 2008) que as experiências de separação prolongada da mãe, após os primeiros seis meses de vida, se refletiam na incapacidade de estes jovens exprimirem, construírem ou compreenderem relações de afeto (por isso os diagnosticou como *affectionless*), o que, por conseguinte, viria a ter implicações na prática de comportamentos antissociais (Kobak & Madsen, 2008).

O contributo de Farrington (2005) para este tema merece também destaque, ao defender que os conflitos interparentais, a separação do casal, a existência de um agregado monoparental e a ausência do pai têm impacto a longo prazo, sendo preditores da delinquência na adolescência e na idade adulta. Também Kofler-Westergren, Klopff e Mitterauer (2010) atestam, no seu estudo, que 2 em cada 3 jovens

de uma amostra constituída por 75 indivíduos com comportamentos antissociais experienciaram a ausência do pai, sendo que 1 em cada 5 nunca tinha vivido com o pai, dados estes que evidenciam a importância da presença do pai no agregado familiar como fator protetor no que à prática de comportamentos antissociais diz respeito.

3.2. A Influência dos Pares: Vinculação aos Pares e Comportamento Antissocial

Para um adolescente, o valor do grupo de pares é inquestionável, na medida em que é neste meio que obtém conhecimento e compreensão do mundo, recebendo o suporte e apoio do coletivo, desenvolvendo atitudes de oposição e realizando atividades de tempos livres (Ferreira, 2000, cit. por Benavente, 2002). Esta é uma rede onde estão inerentes sociabilidades alternativas às proporcionadas pela família e que funciona como um reforço social para o jovem que, no grupo, se sente aceite, com estatuto reconhecido (Ferreira, 1997).

Ora, constituindo o grupo de pares o espaço relacional por excelência na adolescência, existe a tendência para que os adolescentes se associem a pares com comportamentos e atitudes com os quais se identificam (Simões, 2007). Destarte, a prática de comportamentos antissociais na adolescência está estreitamente ligada à associação a pares com comportamento desviante, que reforçam e aprovam estas condutas (Born, 2005; Cabrera et al., 2017), pelo que uma vinculação segura aos pares tende a correlacionar-se positiva e significativamente com a envolvimento em comportamentos antissociais, especialmente se os pares praticarem atos desviantes (Choon, Hasbullah, Ahmad & Ling, 2013).

À luz da Teoria Criminológica da Associação Diferencial, a associação a pares com comportamento desviante é uma escolha que permite reforçar as suas próprias normas e valores (Born, 2005). Ademais, tal como defende a Teoria da Aprendizagem Social, o adolescente que se integra nestes grupos tende a mostrar conformidade com os pares, adotando comportamentos como “roubo, consumo de substâncias, abandono escolar, etc., de acordo com processos de aprendizagem como a imitação ou a modelagem” (Ventura, 1999, cit. por Benavente, 2002, p.639).

A associação a indivíduos com conduta antissocial tem maior probabilidade de ocorrer quando estão presentes fatores de risco atinentes à família, como a fraca supervisão parental. Segundo Hirschi (1969), quando os adolescentes estão mais fortemente vinculados aos seus pais – vinculação segura – têm menos tendência a ser influenciados por pares desviantes. Por outro lado, as interações negativas com os pais

interferem no funcionamento da base segura e afetam o desenvolvimento de competências sociais, pelo que estes adolescentes tenderão a rejeitar os valores e regras convencionais e a associar-se, conseqüentemente, a pares que reforcem crenças e condutas desviantes (Akers, 2000, cit. por Vries et al., 2016).

A vivência em bairros com elevada taxa de delinquência e a manifestação de comportamentos de impulsividade e de agressividade por parte do adolescente são, igualmente, fatores de risco para a associação a pares delinquentes. A este propósito, Battin-Pearson et al. (1998, cit. por Simões, 2007) indicam que, por vezes, são os pares pró-sociais que rejeitam estes adolescentes devido ao seu comportamento agressivo, levando a que, posteriormente, eles se associem a pares desviantes.

4. As Memórias de Vergonha

A vergonha é uma emoção distintiva da espécie humana e caracteriza-se por ser transversal a todos os indivíduos, autoconsciente, multifacetada e socialmente focada, encontrando-se intrinsecamente associada a ameaças à identidade (social) do *self* (Tracy, Robins & Tangney, 2007). Na verdade, Tangney e Dearing (2002, cit. por Matos, Pinto-Gouveia & Gomes, 2010) entendem-na como uma das emoções mais poderosas do ser humano, na medida em que marca a forma como ele se vê, orienta o seu comportamento e o influencia no modo como se relaciona com os outros.

A vergonha é considerada, unanimemente, uma vivência interna do *eu* como “indesejável, defeituoso, não atrativo, sem valor ou impotente” (Gilbert, 1998, cit. por Cunha, Xavier, Cherpe & Pinto-Gouveia, 2016, p.1) e surge a partir de interações sociais adversas do sujeito, desde a infância, com pessoas significativas (Matos, Pinto-Gouveia & Duarte, 2012). Porém, segundo o modelo biopsicossocial associado à experiência de vergonha, entendemos que, para além de fatores individuais (como as experiências pessoais e de vinculação, relações familiares e com o grupo de pares) e dos fatores atinentes ao contexto sociocultural (como os valores sociais de sucesso, atratividade e a aceitação/valorização social), a vergonha poderá estar relacionada com fatores biológicos, entre os quais o temperamento e a herança genética (Gilbert, 1998, cit. por Cunha et al., 2016).

No âmbito das dimensões da vergonha, Gilbert (1998, cit. por Cunha et al., 2016), à luz do modelo evolucionário, advoga a existência de duas componentes – a *vergonha interna* e a *vergonha externa* – cujas diferenças se centram no foco de atenção, pensamentos e comportamentos associados.

Na vergonha interna, o foco de atenção prende-se com o próprio indivíduo (atenção autodirigida), sendo as suas cognições e afetos, sobre as suas características e comportamentos, frequentemente associados ao elevado autocriticismo e autodesvalorização (Kaufman, 1992, cit. por Cunha et al., 2016). Neste sentido, proliferam avaliações do *self* como negativo, insuficiente, inferior ou inadequado, comparativamente aos outros. Importa referir que, a partir do momento em que o indivíduo integra esta visão negativa a seu respeito, constrói a sua identidade em torno destes sentimentos, apesar de poder ser aceite pelos outros (Gilbert, 2002, cit. por Cunha et al., 2016).

A vergonha externa, por sua vez, tem como foco um contexto social externo – os outros – e a forma como o sujeito perceciona a sua existência na mente dos outros. Destarte, importa, sobre esta dimensão, considerar o que o indivíduo julga que os outros pensam a seu respeito, prevalecendo a percepção de que eles o veem como inferior, defeituoso ou incompetente; por isso, teme a rejeição, o ataque ou a perda de atratividade aos olhos dos demais. Naturalmente, esta situação poderá desencadear no indivíduo a ativação de estratégias defensivas, como a fuga, a submissão ou o apaziguamento, de modo a proteger-se das suas inseguranças (Gilbert, 2000, cit. por Cunha et al., 2016; Gilbert, 2007, cit. por Matos et al., 2012). Tais atitudes coincidem com a visão que Cunha, Matos, Faria e Zagalo (2012) apresentam sobre a vergonha, descrevendo que esta se desenvolve enquanto estratégia de autodefesa, para manter o *self* a salvo de possíveis ataques e de rejeições dos outros.

Destaca-se que a sobrevivência, a prosperidade e o bem-estar humanos dependem, em larga medida, da forma como o indivíduo se perceciona (como desejável ou indesejável) na mente dos outros – quando sente que é valorizado e eleito pelos outros para assumir importantes papéis sociais, isto influencia a sua maturação cerebral e afeta a sua regulação emocional, promovendo sentimentos de segurança e de conexão e atenuando o sofrimento perante as ameaças; o inverso acontece quando sente que os outros o veem como pouco atrativo, ou quando se sente marginalizado e/ou ridicularizado, experienciando vergonha (Gilbert & Irons, 2009, cit. por Cunha et al., 2012).

Apesar da diferenciação das duas dimensões da vergonha, é conveniente clarificar que ambas se reportam a características negativas do *self*, potenciando-se mutuamente (Goss, Gilbert & Allan, 1994, cit. por Cunha et al., 2016), sendo pouco provável que um indivíduo se percecione de forma negativa sem que considere que os outros tenham a mesma visão negativa a seu respeito (Cunha et al., 2012).

As experiências de vergonha da infância e da adolescência podem ficar gravadas no sistema mnésico como memórias traumáticas, que, denominando-se memórias de vergonha, se tornam centrais para a autoidentidade e história de vida (Matos & Pinto-Gouveia, 2014). Estas memórias de vergonha têm impacto na formação de crenças sobre o próprio sujeito e influência no seu comportamento futuro e no processamento cognitivo e emocional (Gilbert, 2002, cit. por Matos et. al, 2010; Gilbert & Andrews, 1998, cit. por Cunha et al., 2016).

Nos casos em que o indivíduo experienciou, de facto, ou percecionou situações de desvalorização e/ou rejeição – por exemplo, experiências precoces de negligência, abuso, ausência de afeto e de segurança –, podem ser ativadas estratégias ou comportamentos defensivos como o evitamento, a submissão/subordinação e o contra-ataque, e/ou outras emoções negativas, como o medo, a raiva e o nojo (Cunha et al., 2016). No entanto, há a salientar que se existirem memórias de experiências precoces positivas (como o cuidado, o elogio, o calor e o afeto), estas podem constituir um fator protetor no funcionamento psicológico e regulação emocional, e atenuar o impacto de experiências precoces negativas, promovendo níveis de vergonha mais adaptativos (Matos, Pinto-Gouveia & Duarte, 2015).

Fazendo uma análise de género, De Rubeis e Hollenstein (2009, cit. por Cunha et al., 2016) defendem que são as raparigas que, durante a adolescência, se tornam particularmente mais vulneráveis a experiências de vergonha, demonstrando Cunha et al. (2016), na sua investigação, que as raparigas, face aos rapazes, apresentam uma maior crença de que os outros as veem com atributos negativos. Os resultados do estudo de Passanisi et al. (2015) são consentâneos com esta ideia, identificando que as raparigas têm uma autoestima significativamente mais baixa e que experienciam mais vergonha do que os rapazes.

No período da adolescência, que é caracterizado pela maior vulnerabilidade a problemas emocionais decorrentes da diversidade de mudanças fisiológicas, psicológicas, relacionais e ambientais, desenvolve-se a capacidade de autorreflexão e de perspetiva social, começando os jovens a comparar-se, de forma negativa, aos pares (Reimer, 1996, cit. por Rahim & Patton, 2015).

A formação da identidade, as preocupações relacionais com os pares e a vontade de pertença a um grupo impelem a que haja maior probabilidade de, entre os adolescentes, proliferar um espírito de competição e de auto e heteroavaliações, tornando-se, por isso, mais vulneráveis a sentir medo da rejeição, a perspetivar-se como inferiores face aos outros, e a experienciar vergonha. Ser visto como pouco atrativo para

os pares, poderá levar os adolescentes a sentirem-se alvo de discriminação, de ameaças e de *bullying*, situações que estão associadas a problemas psicológicos, como a depressão e a ansiedade (Cunha et al., 2012).

Consequentemente, são os adolescentes quem tem maior probabilidade de se envolver em experiências adversas, ou seja, comportamentos de risco, como o abuso de substâncias psicoativas, para se sentirem aceites e integrados no grupo de pares (Adams & Robinson, 2001, cit. por Rahim & Patton, 2015).

4.1. As Memórias de Vergonha e a Vinculação

A qualidade da vinculação influencia a forma como aprendemos a regular as emoções e, portanto, pode ser importante na estruturação das memórias de vergonha. Recordando os contributos de Bowlby (1980, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014) relativamente à Teoria da Vinculação, compreende-se que as experiências de vergonha ocorrem no seio das relações vinculativas, defendendo o autor que esta emoção resultava de relacionamentos negativos caracterizados por ameaça ou perda. Também Kaufman (1989, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014) e Schore (1998, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014) são consonantes com a ideia de que a vergonha é uma emoção interpessoal ou de vinculação que emerge decorrente de uma rutura ou de dificuldades de relacionamento entre pais e filhos.

Efetivamente, dentro dos grupos sociais, onde se define o que é ou não atrativo ou o que deve ou não ser aceite, a família salienta-se enquanto meio onde as possíveis críticas dos pais, a reprovação, a rejeição, as ameaças, a submissão e o favoritismo entre irmãos poderão estar na origem das primeiras experiências de vergonha (Cunha et al., 2012). Por outro lado, quando o ambiente familiar proporciona segurança, calor, aceitação e afeto, aumentam os índices de bem-estar, a autoestima e a capacidade de resiliência, e, por conseguinte, estas crianças e/ou adolescentes têm menor propensão para criar memórias de vergonha traumáticas; com efeito, estão menos vulneráveis ao desenvolvimento de psicopatologias, como a depressão (Matos, Pinto-Gouveia & Duarte, 2015).

Compreende-se, então, que uma vinculação insegura está relacionada com níveis mais altos de vergonha, enquanto uma vinculação segura está negativamente associada à vergonha (Wei, Shaffer, Young, & Zakalik, 2005). O estudo de Passanisi et al. (2015) confirma, igualmente, que os indivíduos com uma vinculação segura reportam

níveis mais altos de autoestima e baixos níveis de vergonha, quando comparados com os indivíduos que apresentam uma vinculação insegura.

Matos e Pinto-Gouveia (2014), atendendo à diferenciação entre a vinculação aos pais e a outras pessoas, concluem que as memórias de vergonha associadas a uma vinculação aos pais apresentam maior correlação com a vergonha interna e sintomas depressivos, enquanto as memórias de vergonha associadas às relações com os outros apresentam correlações mais significativas com a vergonha externa.

4.2. As Memórias de Vergonha e o Comportamento Antissocial na Adolescência

Resultando a vergonha de uma disparidade entre o eu ideal e o eu real, os indivíduos, para evitarem a rejeição, podem procurar formas alternativas de se comportarem, de esconderem o *self* (Nathanson, 1987, cit. por Rahim & Patton, 2015) e de escaparem a sentimentos como a inutilidade ou o fracasso. As perturbações alimentares, os comportamentos sexuais de risco e o uso de substâncias psicoativas são exemplos dessas estratégias mal adaptativas (Rahim & Patton, 2015). Acrescenta-se que a vergonha tem vindo a ser associada a dificuldades no âmbito interpessoal, como os comportamentos agressivos, e a problemas emocionais e/ou psicopatologias, tais como a depressão, a ansiedade, a perturbação de stress pós-traumático e/ou as perturbações de personalidade (Matos et al., 2012). Enquanto as mulheres, quando experienciam vergonha, estão mais propensas a comportamentos de desordem alimentar, os homens tendem a externalizar por meio de comportamentos antissociais (Passanisi et al., 2015; Rahim & Patton, 2015).

A respeito dos comportamentos antissociais, apesar da escassa literatura acerca desta matéria, há estudos que nos permitem compreender a existência de uma relação entre a vergonha e a raiva, as condutas agressivas e/ou os comportamentos destrutivos (Lewis, 1971, cit. por Stuewig & Tangney, 2007), visto que a dor sentida quando um indivíduo se autoavalia como defeituoso ou inferior pode desencadear a vontade de atacar os outros, a fim de resgatar a sensação de controlo da sua vida (Scheff, 1987, cit. por Stuewig & Tangney, 2007). Esta correlação positiva entre a vergonha e a agressividade física e verbal foi verificada no estudo de Tangney (1996, cit. por Stuewig & Tangney, 2007) em amostras independentes de adultos, adolescentes e crianças.

Quanto à relação entre a vergonha e o uso e abuso de substâncias psicoativas, não obstante a pouca evidência empírica, Rahim e Patton (2015), numa revisão sistemática, destacam estudos que concluem que os indivíduos com propensão para a

vergonha se encontram mais vulneráveis para o consumo de álcool e drogas, em especial os mais jovens. No mesmo seguimento, Tangney et al. (1996, cit. por Stuewig & Tangney, 2007), num estudo prospetivo, constataram que as crianças com propensão para a vergonha iniciam o consumo de álcool mais cedo e apresentam maior probabilidade de, no futuro, consumirem substâncias alucinogénias.

Por outro lado, associando às memórias de vergonha a autoestima, é interessante perceber que a sua relação com os comportamentos sociais é bidirecional. Tal significa que os adolescentes que experienciam menos vergonha e têm maiores níveis de autoestima, face aos de menor autoestima, se sentem mais competentes para atender às necessidades dos outros (adotando comportamentos pró-sociais), mas também significa que o envolvimento dos adolescentes em comportamentos pró-sociais aumenta a sua autoestima (Laible, Carlo & Roesch, 2004).

CAPÍTULO II – PLANO DE INVESTIGAÇÃO

1. Apresentação do Estudo

O estudo das relações entre vinculação, memórias de vergonha e comportamentos antissociais na adolescência é entendido como especialmente desafiante, na medida em que existem poucas investigações que integrem todas as variáveis. Se, por um lado, surgem na literatura alguns estudos que correlacionam a vinculação e os comportamentos antissociais, por outro, são em menor número aqueles que correlacionam as memórias de vergonha e a vinculação e/ou as memórias de vergonha e os comportamentos antissociais, sobretudo no período da adolescência.

Existem também poucos trabalhos relativos a adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica, estando os mesmos maioritariamente circunscritos aos problemas da toxicod dependência em adultos. No contexto nacional, não foi encontrado nenhum estudo sobre comportamentos antissociais, vinculação e memórias de vergonha em adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica. Portanto, aliado ao facto de se ambicionar a compreensão das relações entre as variáveis, perspetivamos que este seja um projeto com pendor de inovação e que possa motivar o interesse pela investigação sobre a temática, a fim de se contribuir para a prevenção e diminuição dos comportamentos antissociais na adolescência.

1.1. Formulação do Problema e das Hipóteses

Pretendendo-se analisar as relações e o comportamento das variáveis vinculação (aos pais e aos pares), memórias de vergonha (interna e externa) e comportamento antissocial em adolescentes, tendo em conta as suas características sociodemográficas e institucionais, formula-se o seguinte problema de estudo:

Como se relacionam e se comportam as variáveis de vinculação, comportamento antissocial e memórias de vergonha, de acordo com características sociodemográficas e institucionais, em adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica?

Com efeito, e uma vez que “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.119), foram delineadas as seguintes hipóteses a fim de fornecer à investigação um fio condutor eficaz:

Hipótese 1: Não há diferenças significativas na vinculação aos pais e aos pares dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica em função do gênero e do agregado familiar (características sociodemográficas).

Hipótese 2: Não há diferenças significativas no comportamento antissocial dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica em função do gênero e do agregado familiar (características sociodemográficas).

Hipótese 3: Não há diferenças significativas nas memórias de vergonha interna e externa dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica em função do gênero e do agregado familiar (características sociodemográficas).

Hipótese 4: Não há correlações significativas entre idade (característica sociodemográfica) e vinculação aos pais e aos pares, comportamentos antissociais e memórias de vergonha interna e externa dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Hipótese 5: Não há correlações significativas entre tempo de institucionalização na CT (característica institucional) e vinculação aos pais e aos pares, comportamentos antissociais e memórias de vergonha interna e externa dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Hipótese 6: Não há correlações significativas entre vinculação aos pais e vinculação aos pares dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Hipótese 7: Não há correlações significativas entre vinculação aos pais e aos pares e comportamentos antissociais dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Hipótese 8: Não há correlações significativas entre memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Hipótese 9: Não há correlações significativas entre memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

2. Metodologia

2.1. Definição das Variáveis

Tal como nos indicam Almeida e Freire (2007), o investigador, quando formula hipóteses, está a identificar as variáveis e o papel das mesmas na investigação. A variável independente corresponde às dimensões ou características que o investigador manipula deliberadamente para conhecer o seu impacto na variável dependente.

As primeiras três hipóteses circunscrevem-se no tipo de estudo diferencial, considerando-se a não existência de diferenças significativas de resultados entre grupos. Identificam-se como variáveis independentes as características sociodemográficas (género e agregado familiar) e como variáveis dependentes a vinculação aos pais e aos pares, os comportamentos antissociais e as memórias de vergonha interna e externa dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

Da quarta à nona hipóteses, em virtude de se tratarem de estudos correlacionais, enunciam-se como variáveis independentes a idade (característica sociodemográfica), o tempo de institucionalização na CT (característica institucional), a vinculação aos pais, a vinculação aos pares, os comportamento antissociais e as memórias de vergonha interna e externa dos adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica.

2.2. Operacionalização das Variáveis

2.2.1. Características sociodemográficas

Pertencem às características sociodemográficas o género, o agregado familiar antecedente à institucionalização em comunidade terapêutica e a idade. A variável género é operacionalizada em masculino e feminino. Operacionalizou-se a variável agregado familiar em: pais (vivência com ambos os pais, incluindo-se nesta categoria os padrastos ou madrastas), mãe (vivência com a mãe ou agente maternante, como a avó; o pai encontra-se ausente), pai (vivência com o pai ou agente paternante, como o avô; a mãe encontra-se ausente), instituição (vivência em contexto institucional; pais ausentes) e guarda partilhada (residência alternada, devido a separação ou divórcio parental). Decorrente destas categorias, acrescenta-se a variável presença do pai, que se operacionaliza em pai presente e pai ausente (nos casos em que o adolescente vive com a mãe ou em instituição). A variável idade é operacionalizada em anos.

2.2.2. *Características institucionais*

Quanto às características institucionais, apresenta-se a variável tempo de institucionalização na CT, operacionalizada em número de meses, correspondendo o internamento nesta CT a um período que varia entre 0 e 18 meses.

2.2.3. *Vinculação aos pais e aos pares*

A vinculação à mãe, ao pai e aos pares é operacionalizada a partir do cálculo da mediana e do somatório dos resultados das subescalas Confiança e Comunicação e da subtração dos resultados da subescala Alienação do Inventário sobre a Vinculação na Adolescência, da autoria de Armsden e Greenberg (1987) – *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA) –, e adaptado para a população portuguesa por Neves, Soares e Silva (1999). A vinculação pode ser segura ou insegura. Os resultados superiores à mediana indicam a perceção de uma vinculação segura, em que predominam a compreensão, a disponibilidade e a responsividade. Contrariamente, os resultados inferiores à mediana traduzem uma relação de vinculação marcada pela insegurança e pelas falhas ao nível da responsividade por parte das figuras de vinculação.

2.2.4. *Comportamento antissocial*

Relativamente à variável comportamento antissocial dos adolescentes, é operacionalizada através do score total da Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS), desenvolvida e aplicada por Sanches, Gouveia-Pereira, Marôco, Gomes e Roncon (2016). São somadas as respostas de cada item, atentando a que o Não corresponde a 0 pontos e o Sim a 1 ponto; por isso, o valor global pode variar entre 0 (significando que o sujeito não praticou nenhum dos comportamentos apresentados durante o último ano) e 19 (significando que o sujeito, no último ano, praticou todos os comportamentos apresentados na escala). Uma vez que o comportamento antissocial dos adolescentes difere quanto à sua gravidade, são somados os itens atinentes aos comportamentos de maior gravidade (3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 16 e 19) e de menor gravidade (1, 2, 6, 8, 10, 13, 17 e 18), correspondendo às variáveis comportamentos antissociais graves e comportamentos antissociais menos graves. Faz-se também o somatório das respostas correspondentes aos itens relacionados com o consumo de substâncias psicoativas (álcool e drogas), acrescentando-se esta variável.

2.2.5. Memórias de vergonha interna e externa

As memórias de vergonha interna são operacionalizadas através do score total (entre 0 e 96) da subescala da vergonha interna do ISS-A – *Internalized Shame Scale* – da autoria de Cook (1996), versão portuguesa de Matos e Pinto-Gouveia (2006). Através desta escala, obtém-se outra variável – a autoestima –, operacionalizada através do score total (entre 0 e 24) da subescala da autoestima do ISS-A.

As memórias de vergonha externa são operacionalizadas através do score total (entre 0 e 32) da escala de vergonha externa OASB-A (*The Other as Shamer Scale* – versão breve para adolescentes), da autoria de Goss, Gilbert e Allan (1994), e adaptada para a população adolescente portuguesa por Pinto-Gouveia, Cunha, Matos e Gilbert (2013).

2.3. Sujeitos: População e Amostra

Este estudo estabelece como população-alvo os jovens/adolescentes com comportamento antissocial (institucionalizados em CT). A amostra é constituída por 48 adolescentes com comportamento antissocial a cumprir medida de internamento numa comunidade terapêutica na zona norte do país.

Define-se este tipo de amostragem como não probabilística, pois a probabilidade de os indivíduos serem selecionados para a amostra não foi a mesma para todos os elementos da população. É uma amostra de conveniência, visto que foram selecionados os indivíduos institucionalizados numa comunidade terapêutica específica, que demonstraram vontade e disponibilidade para participar no estudo. A escolha desta comunidade terapêutica prendeu-se com motivos profissionais; contudo, entendeu-se ser um lugar privilegiado para a recolha de dados, na medida em que todos os utentes desta instituição são adolescentes e se encontram a cumprir medida tutelar educativa e/ou medida de promoção e proteção pelo facto de apresentarem comportamentos antissociais.

Dos 48 adolescentes da amostra, 34 são do género masculino e 14 do feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos ($M=16.17 \pm 0.808$). No momento do preenchimento do questionário, os inquiridos cumpriam uma média de 6.1 meses (± 4.085) de medida de internamento, variando entre 1 e 17 meses.

Antes de serem institucionalizados na CT, 24 participantes viviam apenas com a mãe; em contraste, apenas um vivia só com o pai. A viver com ambos os pais ($N=18$) ou em regime de guarda partilhada ($N=4$) totalizam-se 22 participantes. Somente um

adolescente vivia em contexto institucional, não mantendo contacto com os progenitores. Neste sentido, um total de 25 adolescentes tem o pai ausente do agregado familiar.

2.4. Instrumentos

Os instrumentos aplicados aos adolescentes, em formato de questionário, encontram-se no Anexo A.

2.4.1. Questionário de caracterização sociodemográfica e institucional

Para a recolha de informação relativa aos adolescentes e à sua experiência institucional, utilizou-se um questionário que continha perguntas relativas ao género, à idade, ao tempo de institucionalização na comunidade terapêutica e às pessoas com quem viviam antes de integrar a comunidade terapêutica. Este questionário é semi-estruturado, composto por questões estruturadas (atinentes ao género), sendo todas as outras questões não estruturadas.

2.4.2. Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA)

O Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA) avalia a vinculação aos pais e aos pares e foi adaptado e validado para a população portuguesa por Neves, Soares e Silva (1999) a partir do *Inventory of Parent and Peer Attachment*, de Armsden e Greenberg (1987). O inventário está fundamentado na Teoria da Vinculação de Bowlby e incide sobre dimensões comportamentais, cognitivas e emocionais, que englobam a confiança, a compreensão e respeito mútuo, a acessibilidade e responsividade das figuras de vinculação, bem como a raiva, a irritação e o ressentimento face a essas mesmas figuras, e ainda a desvinculação ou o isolamento na relação (Armsden e Greenberg, 1987; Neves, Soares & Silva, 1999).

O IPPA está organizado em três escalas, constituídas por 25 itens, totalizando 75 itens, e avalia separadamente a vinculação do adolescente à mãe, ao pai e aos pares – amigos íntimos –, em domínios que envolvem a *confiança*, a *comunicação* e a *alienação*. Considera-se que estes domínios formam três subescalas, destacando-se que, nas escalas de vinculação à mãe e ao pai, a *comunicação* contempla 9 itens, a *confiança* 10 itens e a *alienação* 6 itens. Na escala de vinculação aos pares, são 10 os itens que compreendem o domínio da *confiança*, enquanto 8 itens correspondem ao domínio da *comunicação* e 7 itens ao da *alienação*. A *confiança* integra os temas da

compreensão, respeito e confiança mútua; na subescala *comunicação*, analisa-se a percepção sobre a extensão e a qualidade da comunicação com a figura de vinculação; a *alienação* respeita aos sentimentos de isolamento e de alienação interpessoal.

Os itens são pontuados através de uma escala Likert que varia entre 1 (Nunca ou Quase Nunca) e 5 (Sempre ou Quase Sempre), contemplando itens invertidos (Armsden & Greenberg, 1987; Neves, Soares & Silva, 1999).

Relativamente à consistência interna, apresenta um α de Cronbach de 0.92 para a escala de vinculação à mãe, de 0.95 para a escala de vinculação ao pai e de 0.93 para a escala de vinculação aos pares (Neves, Soares & Silva, 1999). Na presente investigação, obteve-se um α de Cronbach de 0.911 para a escala de vinculação à mãe, de 0.971 para a escala de vinculação ao pai e de 0.906 para a escala de vinculação aos pares, indicativos de uma boa consistência interna nas três escalas.

2.4.3. *Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)*

A fim de medir os comportamentos antissociais dos participantes, foi utilizada a Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS), originalmente desenvolvida e aplicada a adolescentes portugueses, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, por Sanches, Gouveia-Pereira, Marôco, Gomes e Roncon (2016). É uma escala composta por 19 itens correspondentes a comportamentos antissociais ou desviantes; não mede a frequência dos comportamentos, mas a diversidade de comportamentos desviantes praticados num dado período de tempo (“durante o último ano”), com resposta por categorias (sim/não). Os itens diferem na sua gravidade e dividem-se em onze categorias: furto, consumo de álcool e drogas, agressão física e verbal, posse de armas, vandalismo, absentismo escolar, condução sem licença, assalto, uso de transporte sem pagar, mentiras, desafio à autoridade e tráfico de droga.

Trata-se de uma escala cuja consistência interna é de 0.829 (valor do α de Cronbach) (Sanches et al., 2016). Na presente investigação, obteve-se um α de Cronbach de 0.924, indicando boa fiabilidade.

2.4.4. *Escala de Vergonha Interna (ISS-A)*

A escala de Vergonha Interna (ISS-A) foi adaptada e validada para a população portuguesa por Matos e Pinto-Gouveia (2006). É um instrumento que visa avaliar os sentimentos ou as experiências de autodesvalorização dos indivíduos, atendendo à vergonha enquanto traço, ou seja, como característica estável da personalidade em

adolescentes e adultos. A Escala de Vergonha Interna é constituída por 30 itens, organizados em duas subescalas – vergonha interna (24 itens) e autoestima (6 itens), com cotação em escala de Likert que varia entre 0 (Nunca) e 4 (Quase Sempre), correspondendo valores mais elevados a maior vergonha interna. O estudo das características psicométricas da versão portuguesa apresenta, para a subescala da vergonha interna, um valor elevado de consistência interna $\alpha = 0.95$; para a subescala da autoestima apresenta um α de Cronbach de 0.85 (Matos, Pinto-Gouveia & Duarte, 2012). O α de Cronbach na presente investigação foi de 0.953 para a subescala de vergonha interna e de 0.807 para a subescala da autoestima, revelando boa fiabilidade.

2.4.5. Escala de Vergonha Externa (OASB-A)

Para avaliar o que os adolescentes pensam acerca do modo como os outros os veem, recorreu-se a uma versão breve da Escala de Vergonha Externa, para adolescentes, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Pinto-Gouveia, Cunha, Matos e Gilbert (2013) – sendo a versão original da autoria de Goss, Gilbert e Allan (1994). Este instrumento é composto por 8 itens avaliados numa escala de Likert, com variação entre 0 (Nunca) e 4 pontos (Sempre), significando pontuações mais altas maior vergonha externa. No estudo original, a globalidade dos itens reportou uma consistência interna de 0.93 (Pinto-Gouveia et al., 2013), enquanto no presente estudo o α de Cronbach foi de 0.90.

2.5. Procedimento

O primeiro passo para a realização do estudo foi o pedido de autorizações aos autores dos instrumentos para a aplicação dos mesmos. Estes pedidos – que constam dos Anexos B, C, D e E – foram feitos por correio eletrónico e foram concedidas as autorizações para a implementação dos quatro instrumentos.

Seguidamente, fez-se um pedido de autorização formal à Direção da comunidade terapêutica – conforme se apresenta no Anexo F – para aplicação dos instrumentos aos adolescentes que ali se encontravam a cumprir o programa de reabilitação, tendo sido esclarecidos os objetivos da investigação e a sua metodologia. Obtido o consentimento desta autoridade competente, deu-se início à recolha de dados, através de aplicação direta dos instrumentos, durante o mês de fevereiro de 2016.

A recolha de dados ocorreu, naturalmente, em contexto institucional. Previamente à administração, agradeceu-se a participação de todos os elementos e fez-se uma breve apresentação dos objetivos da investigação, esclarecendo-se as dúvidas. Foram assegurados o anonimato e a confidencialidade dos dados e foi ainda clarificado que as respostas a este questionário não seriam certas nem erradas, pelo que se solicitou sinceridade nas respostas. Houve ainda o esclarecimento de que a participação era voluntária, explicando-se que não existiria qualquer penalização caso quisessem desistir.

2.6. Técnicas Estatísticas

A análise quantitativa dos dados foi feita com recurso ao programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science* – versão 25.0), adotando-se o grau de confiança de 95%, valor de referência na investigação na área das Ciências Sociais e Humanas (Pestana & Gageiro, 2008).

Realizou-se análise descritiva (média e desvio-padrão) e inferencial, dirigida à testagem de hipóteses, com recurso a técnicas paramétricas – coeficiente de correlação de Pearson, teste T de Student e Anova – e não paramétricas – rho de Spearman, teste U de Mann-Whitney e teste de Kruskal-Wallis – em virtude dos resultados nos testes de normalidade e de homocedasticidade.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Vinculação, características sociodemográficas e características institucionais

As médias da vinculação à mãe, ao pai e aos pares, no presente estudo, são consideravelmente inferiores às obtidas no estudo que validou o IPPA, de Neves, Soares e Silva (1999), demonstrando a Tabela 1 estes resultados.

Os resultados evidenciam uma média de vinculação à mãe ($M=45.73 \pm 10.057$) superior à média de vinculação aos pares ($M=39.17 \pm 14.527$), que, por seu turno, é superior à média de vinculação ao pai ($M=35.15 \pm 18.645$), seguindo-se a tendência do estudo de Neves, Soares e Silva (1999).

Tabela 1. *Análise descritiva da vinculação no IPPA e no presente estudo*

Vinculação	N		Média		DP	
	IPPA (autores)	Presente estudo	IPPA (autores)	Presente estudo	IPPA (autores)	Presente estudo
Mãe	450	48	72.62	45.73	16.99	10.057
Pai	450	46	67.57	35.15	20.98	18.645
Pares	450	48	72.09	39.17	16.87	14.527

3.1.1. *Vinculação em função do gênero*

Partindo para uma análise inferencial, o gênero não se evidencia como uma variável discriminadora no que respeita ao padrão de vinculação seguro ou inseguro aos pais e aos pares, confirmando-se a hipótese 1 para estas variáveis. Recorrendo-se ao teste T de Student, verificou-se que, em média, a vinculação à mãe não diverge significativamente de acordo com o gênero ($p=.691$). O teste U de Mann-Whitney apresenta-nos, de igual forma, que a distribuição da vinculação ao pai é a mesma para rapazes e raparigas ($p=.399$). Ora, tais resultados vão ao encontro do que Scharfe (2016) demonstra, não havendo diferenças de gênero significativas em função de vinculações seguras ou inseguras aos pais. De acordo com a autora, seria apenas possível identificar diferenças de gênero em função do padrão de vinculação insegura – evitante e ambivalente – porém o IPPA não permite alcançar esses dados.

Com o T de Student, conclui-se também que não há diferenças significativas na distribuição da vinculação aos pares em função do gênero ($p=.481$). Estes resultados não são consonantes com as conclusões da meta-análise de Gorrese e Ruggieri (2012) e do estudo de Pace, Martini e Zavattini (2011), que demonstram que os rapazes, comparativamente às raparigas, têm uma vinculação mais insegura face aos pares.

3.1.2. *Vinculação em função do agregado familiar*

O teste T de Student permite verificar que a ausência do pai no agregado não interfere significativamente na vinculação à mãe ($p=.056$). Este resultado é curioso, na medida em que seria expectável que quando os adolescentes vivem só com mãe recebessem maior proteção e afeto por parte da figura materna, demonstrando uma vinculação mais segura à mãe (Moura & Matos, 2008).

Porém, atendendo às restantes categorias do agregado familiar, o teste Anova permite-nos perceber a existência de diferenças significativas na vinculação à mãe consoante o tipo de agregado ($p=.024$), pelo que se rejeita a hipótese 1 relativamente a estas variáveis. Considerando as médias da Tabela 2, verifica-se que a vinculação à mãe é maior nos casos em que os adolescentes vivem com ambos os pais, na mesma residência ou em residência alternada, quando a guarda é partilhada. Quando vivem apenas com a mãe ($N=24$), a média da vinculação é inferior – a Tabela 3 demonstra que 50% dos adolescentes que vivem só com a mãe apresentam uma vinculação insegura à mãe. Quem vive só com o pai ou em contexto institucional apresenta uma vinculação insegura à mãe, conforme indica a Tabela 3.

Tabela 2. Média e desvio-padrão da vinculação à mãe segundo o agregado familiar

Agregado familiar	N	Média	Desvio-Padrão
Pais	18	48.28	8.4
Mãe	24	44.08	9.815
Pai	1	41	-
Instituição	1	19	-
Guarda Partilhada	4	52	9.345

Tabela 3. Padrão de vinculação à mãe, ao pai e aos pares por características sociodemográficas

		Vinculação à mãe		Vinculação ao pai		Vinculação aos pares	
		Insegura (N)	Segura (N)	Insegura (N)	Segura (N)	Insegura (N)	Segura (N)
Género	Masculino	17	17	16	17	19	15
	Feminino	5	9	7	6	5	9
Agregado familiar	Pais	7	11	7	11	11	7
	Mãe	12	12	15	7	11	13
	Pai	1	0	0	1	0	1
	Instituição	1	0	1	0	1	0
	Guarda Partilhada	1	3	0	4	1	3
Presença do pai	Pai presente	9	14	7	16	12	11
	Pai ausente	13	12	16	7	12	13

Não existem diferenças significativas na vinculação aos pares em função do agregado familiar, conforme indica o teste Anova ($p=.189$), pelo que se pode sugerir que

a composição familiar não tem implicações significativas na qualidade das relações estabelecidas entre pares. Assim, pode confirmar-se a hipótese 1 para estas variáveis.

Quanto à vinculação ao pai, o teste U de Mann-Whitney evidencia a existência de diferenças muito significativas ($p=.002$) conforme a presença ou a ausência do pai na vida dos adolescentes da amostra. Há dois casos omissos quanto à vinculação ao pai, sendo 23 os adolescentes da amostra que têm o pai ausente. A Tabela 3 demonstra que, destes 23 que vivem só com a mãe ou em instituição, 16 apresentam uma vinculação insegura ao pai, o que corresponde a 69.5%. Tais dados são consonantes com os resultados de Moura e Matos (2008) relativamente a jovens de famílias divorciadas cujo pai se encontrava ausente, concluindo que, nestas circunstâncias, a vinculação ao pai é mais insegura, caracterizada por laços emocionais de menor qualidade e por menor ansiedade de separação.

O teste de Kruskal-Wallis apresenta diferenças significativas na vinculação ao pai em função do agregado familiar ($p=.037$), rejeitando-se a primeira hipótese quanto a estas variáveis. Dos adolescentes que vivem com ambos os pais ($N=22$), em residência conjunta ou alternada (guarda partilhada), 68.2% apresentam uma vinculação segura ao pai. Assim, segue-se a tendência da vinculação à mãe, denotando-se que existe uma maior segurança na vinculação à mãe e ao pai quando ambos os pais estão presentes na vida familiar dos sujeitos da amostra. Neste sentido, converge-se para os mesmos resultados do estudo de McHale, Lauretti, Talbot e Pouquette (2002, cit. por Simões, Filipe & Farate, 2014) relativamente à importância da coparentalidade e da consequente partilha das responsabilidades e tarefas educativas entre pai e mãe, cujo impacto na qualidade da vinculação da criança aos pais é positivo.

3.1.3. *Relação entre vinculação e idade*

A hipótese 4 é confirmada no que concerne à não existência de correlações significativas entre idade e vinculação à mãe ($p=.918$), entre idade e vinculação ao pai ($p=.948$), e entre idade e vinculação aos pares ($p=.791$). De acordo com a literatura, aquando da entrada na adolescência, os sujeitos tendem a aproximar-se mais dos pares e a encarar os pais como figuras secundárias, contrariamente ao que acontece na infância, em que os sujeitos são mais dependentes das relações estreitas com a família (Machado, 2009; Soares, 2009). Como tal, poderíamos, eventualmente, encontrar uma correlação significativa entre vinculação e idade se a nossa amostra incluísse também crianças, e não apenas adolescentes com idades muito próximas.

3.1.4. *Relação entre vinculação e características institucionais*

A hipótese 5 é confirmada quanto à não existência de correlações significativas entre tempo de institucionalização na CT e vinculação à mãe ($p=.051$), vinculação ao pai ($p=.255$) e vinculação aos pares ($p=.715$). Por um lado, lembrando que Vieira (2007) apresenta como prioridade no tratamento nas CT o restabelecimento dos vínculos a nível familiar, compreende-se, de acordo com esta amostra, que os indivíduos com mais tempo de tratamento não têm uma vinculação mais segura aos pais quando comparados com os que estão há menos tempo na CT. Numa primeira análise, tal poderia significar que o tratamento não está a ser bem sucedido a este nível, contudo teremos sempre de ressaltar a existência de uma continuidade e estabilidade do padrão de vinculação ao longo do tempo (Allen, 2008). Embora esta estabilidade possa ser quebrada através de terapias, é compreensível que o prazo máximo de tratamento nesta CT (18 meses) possa ser limitado para esse efeito.

3.2. Comportamento antissocial, características sociodemográficas e características institucionais

Através de uma análise descritiva dos comportamentos antissociais, indica-se que, num total de 19 itens, os adolescentes da amostra confirmaram, em média, 12.17 destas condutas (± 5.636), resultado muito superior ao obtido pelos autores da validação da escala (Sanches et al., 2016), cuja média foi de 3.41 ($\pm .35$). Tal diferença poderá ser explicada pelas características da amostra serem divergentes, uma vez que a do presente estudo é constituída totalmente por adolescentes ($N=48$) sinalizados pela prática de comportamentos antissociais, enquanto da outra fazem parte 861 estudantes do ensino público e privado, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, tendo apenas 84 adolescentes reportado condenação pelo tribunal por envolvimento em atividades ilícitas (Sanches et al., 2016).

No âmbito do consumo de substâncias psicoativas, um dos principais motivos pelos quais estes adolescentes se encontram em comunidade terapêutica, destaca-se, na Tabela 4, que 87.5% ($N=42$) responderam ter consumido haxixe ou marijuana durante o último ano. O número de jovens que consomem LSD, ecstasy ou anfetaminas é, por sua vez, quase metade (45.8%), seguindo-se o consumo de drogas como cocaína ou heroína, com 35.4% dos inquiridos ($N=17$). Quanto à venda de droga (haxixe,

marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc.), 30 participantes (62.5%) asseveraram a sua prática.

No estudo que valida a escala DBVS (Sanches et al., 2016), obtém-se uma maior percentagem de respostas positivas no que concerne à participação nos seguintes comportamentos desviantes: mentira a adultos (74.5%), absentismo escolar por desinteresse ou por motivos recreativos (48.5%) e consumo de haxixe ou marijuana (27.8%). Na presente investigação, os resultados demonstram a mesma tendência.

A mentira a adultos é o comportamento destacado pelo maior número de participantes (95.8%), enquanto as faltas à escola por desinteresse ou por motivos recreativos é confirmado por 41 adolescentes (85.4%). Por sua vez, 35 (72.9%) declararam ter ido para a escola após terem consumido bebidas alcoólicas, tendo o mesmo número de inquiridos confirmado ter usado transporte público sem pagar e ter faltado vários dias à escola sem os pais terem conhecimento. O vandalismo e o furto de objetos de valor médio-baixo são, por sua vez, comportamentos que 70.8% destes jovens (N=34) dizem ter praticado.

Tabela 4. Variedade do comportamento desviante (DBVS) por género

	Masculino		Feminino		Total		Escala DBVS (autores)
	N	%	N	%	N	%	%
1. Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas.	24	70.6	11	78.6	35	72.9	14
2. Mentiste a adultos.	32	94.1	14	100	46	95.8	74.5
3. Consumiste cocaína ou heroína.	12	35.3	5	35.7	17	35.4	1.6
4. Usaste uma mota ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário.	17	50	2	14.3	19	39.6	4.1
5. Bateste a um adulto.	19	55.9	8	57.1	27	56.3	7.9
6. Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete.	24	70.6	11	78.6	35	72.9	51
7. Estragaste ou destruíste bens públicos ou privados.	24	70.6	10	71.4	34	70.8	14.2
8. Consumiste haxixe ("ganzas") ou marijuana ("erva").	31	91.2	11	78.6	42	87.5	27.8

	Masculino		Feminino		Total		Escala DBVS (autores)
	N	%	N	%	N	%	
9. Roubaste alguma coisa que valia mais de 50 euros.	24	70.6	9	64.3	33	68.8	7
10. Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem.	25	73.5	10	71.4	35	72.9	18.3
11. Vendeste droga.	22	64.7	8	57.1	30	62.5	5.1
12. Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros.	22	64.7	12	85.7	34	70.8	16.7
13. Faltaste às aulas porque não te apeteceu ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta.	29	85.3	12	85.7	41	85.4	48.5
14. Conduziste uma mota ou um carro sem ter carta de condução.	19	55.9	3	21.4	22	45.8	20.6
15. Consumiste LSD ("ácidos"), ecstasy ("pastilhas") ou anfetaminas ("speeds").	15	44.1	7	50	22	45.8	5
16. Transportaste uma arma.	25	73.5	6	42.9	31	64.6	18.3
17. Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros.	22	64.7	12	85.7	34	70.8	24.8
18. Fizeste graffitis em edifícios ou noutros locais.	13	38.2	7	50	20	41.7	12.9
19. Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício.	19	55.9	8	57.1	27	56.3	4.2

3.2.1. Comportamento antissocial em função do género

Conforme traduz a Tabela 4, todas as raparigas desta amostra, durante o último ano, mentiram a adultos, confirmando ainda estar envolvidas em comportamentos antissociais como furtos – de valor médio-baixo (N=12; 85.7%) e de valor superior a 50€ (N=9; 64.3%) – e absentismo escolar por desinteresse ou motivos recreativos (N=12; 85.7%). A mentira, o uso de transportes públicos sem pagar bilhete, o consumo de bebidas alcoólicas antes das aulas, os furtos de valor médio-baixo e o vandalismo (*graffitis*), que constituem, no seu conjunto, infrações de menor gravidade, segundo os autores da escala, são identificados em maior número pelas raparigas do que pelos

rapazes. Em contrapartida, os rapazes evidenciam uma maior participação em furtos de bens com valor superior a 50€ face às raparigas e manifestam em maior número o consumo de haxixe ou marijuana, o uso de motas ou carros sem autorização dos proprietários, a condução de motas ou carros sem carta de condução e o transporte de armas, configurando estes últimos comportamentos infrações mais sérias, de acordo com os autores da escala.

Contudo, realizando uma análise inferencial, confirma-se a hipótese 2 no que concerne ao género, percebendo-se que estas diferenças não são estatisticamente significativas. A partir do teste U de Mann-Whitney de amostras independentes verificou-se que a distribuição do comportamento desviante global não varia significativamente em função do género ($p=.649$). Com o mesmo teste, também não se verificaram diferenças significativas no que respeita ao tipo de gravidade do comportamento desviante em função do género ($p=.327$ para comportamentos de maior gravidade; $p=.139$ para comportamentos de menor gravidade). Quanto ao consumo de álcool e de drogas, não se observaram diferenças significativas em função do género ($p=.825$).

Estes resultados divergem de outros estudos que demonstram que os rapazes têm maior propensão para a prática de condutas antissociais e, entre estas, para aquelas cuja gravidade é maior (Berkout, Young & Gross, 2011; Kazdin & Buela-Casal, 2001), e distancia-se dos resultados de Simões (2007), ao não apresentar diferenças significativas no consumo de substâncias psicoativas, como o álcool e as drogas, entre rapazes e raparigas. Tal diferença pode estar relacionada com o facto de a presente amostra ser de conveniência, composta por rapazes e raparigas já identificados pela prática de comportamentos antissociais, contrariamente ao que aconteceu nas amostras dos estudos anteriores. Por conseguinte, surge com interesse a hipótese de, no futuro, se fazer um estudo comparativo entre estes adolescentes institucionalizados e outros adolescentes não institucionalizados, analisando-se o comportamento antissocial em função do género, para que se confrontem esses resultados com aqueles que tendencialmente vigoram na literatura.

3.2.2. *Comportamento antissocial em função do agregado familiar*

Recorrendo-se ao teste U de Mann-Whitney, constata-se que não há diferenças significativas no comportamento antissocial em função da presença do pai ($p=.649$). O teste de Kruskal-Wallis de amostras independentes confirma-nos ainda que a distribuição do comportamento desviante é a mesma entre as categorias do agregado

familiar ($p=.170$). Segundo a literatura, estes resultados não seriam expectáveis, pois, de acordo com Farrington (2005) e com Kofler-Westergren, Klopff e Mitterauer (2010), a ausência do pai no agregado, a separação dos pais e a existência de um agregado familiar monoparental são apresentados como fatores de risco para a prática de comportamentos antissociais.

Neste sentido, confirma-se a hipótese 2 no que concerne ao agregado familiar.

3.2.3. *Relação entre comportamento antissocial e idade*

Não existe uma correlação estatisticamente significativa entre comportamento antissocial e idade ($p=.288$), confirmando-se a hipótese 4 para estas variáveis. Previse-se esta situação, pois a amplitude de idades na amostra (14-17) é pouco acentuada; estão todos os participantes integrados no período da adolescência e as diferenças que a literatura evidencia, neste caso concreto por parte de Moffitt (2003), relativamente à prática de condutas antissociais, são entre a infância, a adolescência e a idade adulta.

3.2.4. *Relação entre comportamento antissocial e características institucionais*

Por meio do rho de Spearman, conclui-se que existe uma correlação negativa elevada e muito significativa ($r= -.588$; $p=.009$) entre o comportamento antissocial e o tempo de institucionalização na CT. Estes resultados podem compreender-se na medida em que se trata de uma comunidade terapêutica com vista à reabilitação e mudança de comportamento, daí esperar-se que quanto maior for o tempo de institucionalização na CT menor seja a tendência para praticar condutas antissociais. Estes dados conduzem à percepção de que um maior tempo de institucionalização está associado ao cumprimento dos objetivos traçados pelo IDT (2011) para as comunidades terapêuticas, nomeadamente a promoção do autocontrolo sobre o consumo de substâncias psicoativas, a mudança de padrões negativos a nível comportamental, cognitivo e emocional, e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Consequentemente, rejeita-se a hipótese 5 no que respeita à correlação entre estas duas variáveis.

3.3. Memórias de vergonha, características sociodemográficas e características institucionais

A média e os desvios-padrão relativos à vergonha interna, autoestima e vergonha externa são apresentados na Tabela 5. Num score que varia entre 0 e 96, a média da vergonha interna é de 41.81 (± 18.231). A média da autoestima é de 15.77 (± 3.883) para um score que varia entre 0 e 24, e a média de vergonha externa é de 11.92 (± 6.256) para um score que varia entre 0 e 32. Comparativamente aos resultados dos estudos que validaram as escalas para a população portuguesa, a média da vergonha interna é superior, bem como a média da vergonha externa. A média da autoestima, com efeito, é inferior no presente estudo relativamente aos estudos que validaram as escalas.

Tabela 5. *Análise descritiva da vergonha interna, autoestima e vergonha externa nas escalas validadas para a população portuguesa e no presente estudo*

	ISS-A				OASB-A	
	Vergonha Interna		Autoestima		Vergonha Externa	
	Autores	Presente estudo	Autores	Presente estudo	Autores	Presente estudo
N	385	48	385	48	834	48
Média	32.85	41.81	16.21	15.77	9.99	11.92
Desvio-Padrão	16.51	18.231	3.98	3.883	6.89	6.256

3.3.1. Vergonha em função do género

Através do teste T de Student, observa-se a não existência de diferenças significativas na vergonha interna ($p=.567$), na autoestima ($p=.457$) e na vergonha externa ($p=.554$) entre rapazes e raparigas, confirmando-se a hipótese 3 relativamente a estas duas variáveis. Verifica-se uma disparidade entre estes resultados e os dos estudos de Cunha et al. (2016) e de Passanisi et al. (2015), que demonstram que as raparigas, face aos rapazes, têm uma autoestima significativamente mais baixa e apresentam uma maior vergonha interna e externa.

3.3.2. *Vergonha em função do agregado familiar*

O Teste Anova permitiu perceber que a vergonha interna ($p=.45$), a vergonha externa ($p=.317$) e a autoestima ($p=.317$) não diferem significativamente em função do tipo de agregado familiar, pelo que se confirma a hipótese 3 para estas variáveis. Não foram encontrados estudos nesta matéria que nos permitissem comparar e compreender estes resultados, pelo que se sugerem os mesmos como ponto de partida para investigações futuras.

3.3.3. *Relação entre vergonha e idade*

Não existem correlações significativas entre vergonha interna e idade ($p=.13$), entre vergonha externa e idade ($p=.194$), e entre autoestima e idade ($p=.233$), pelo que se confirma a hipótese 4 quanto a estas duas variáveis.

Rahim e Patton (2015) indicam que é no período da adolescência que os jovens começam a comparar-se de forma mais negativa aos pares, devido à vontade de pertença a um grupo, aumentando a sua propensão para sentir vergonha interna e externa. Assim, e uma vez mais, estes resultados podem não ser estatisticamente significativos pelo facto de a amostra incluir apenas adolescentes e não crianças ou adultos, com os quais se poderia realizar um estudo comparativo para confirmar se é, efetivamente, na adolescência que os indivíduos estão mais vulneráveis a sentir medo da rejeição e a perspetivar-se como inferiores face aos outros.

3.3.4. *Relação entre vergonha e características institucionais*

Relativamente às correlações entre vergonha e tempo de institucionalização na CT, observa-se a existência de uma correlação negativa moderada e significativa entre vergonha interna e tempo de CT ($r= -.370$; $p=.01$), o que significa que quanto maior é o tempo de institucionalização na CT menor é a vergonha interna. Existe também uma correlação moderada significativa entre a autoestima e o tempo de institucionalização na CT ($r=.448$; $p=.001$). Por outro lado, a correlação entre vergonha externa e tempo de institucionalização na CT não é significativa ($p=.120$). Assim, pode afirmar-se que se confirma a hipótese 5 quanto à correlação entre vergonha interna e tempo de institucionalização na CT, mas que a mesma é rejeitada quanto à correlação entre vergonha externa e tempo de institucionalização na CT.

Entre muitos outros objetivos, as comunidades terapêuticas visam a mudança de padrões negativos a nível cognitivo e emocional (IDT, 2011), por isso se compreende que a intervenção terapêutica possa incidir em temas como a autopercepção do indivíduo, a sua autoestima, e a percepção da imagem que os outros têm a seu respeito. Seria, portanto, expectável que uma intervenção mais prolongada no tempo (maior tempo de institucionalização) se relacionasse com menores níveis de vergonha interna e, consequentemente, com uma maior autoestima do indivíduo (tal como se comprova nos resultados) e com menores níveis de vergonha externa. Contudo, fica por esclarecer o facto de esta correlação não ser significativa no caso da vergonha externa, já que a vergonha interna e a vergonha externa costumam tender na mesma direção (Cunha et al., 2012).

3.4. Vinculação aos pais e vinculação aos pares

A análise correlacional entre vinculação aos pais (mãe e pai) e vinculação aos pares permite concluir que não existem correlações significativas entre as variáveis, conforme os dados apresentados na Tabela 6. Contudo, estes resultados não estão em conformidade com a literatura que, fundamentando-se na continuidade e estabilidade do padrão de vinculação, apresenta o estabelecimento de ligações entre a vinculação aos pais e a vinculação aos pares, estando uma vinculação segura à mãe, sobretudo, relacionada com o desenvolvimento de uma vinculação segura aos pares (Gorrese & Ruggieri, 2012).

Tabela 6. *Correlação entre a vinculação aos pais (mãe e pai) e a vinculação aos pares*

Vinculação	Pares		
	r de Spearman	r de Pearson	p
Mãe		.168	.254
Pai	.279		.06

Através da Tabela 7, observa-se que, apesar da não existência de correlações significativas entre vinculação aos pais e vinculação aos pares, de forma global, é pertinente fazer um estudo correlacional entre as dimensões da vinculação (subescalas do IPPA). Neste âmbito, verificou-se que a hipótese 6 se confirma parcialmente, pois os

resultados são estatisticamente significativos para a correlação entre alienação por parte da mãe e alienação por parte dos pares ($r=.384$; $p=.007$), bem como para a correlação entre comunicação com o pai e comunicação com os pares ($r=.320$; $p=.03$).

É interessante constatar que, no caso da primeira correlação, os resultados confirmam que uma vinculação insegura à mãe, decorrente do afastamento da mãe ou da incapacidade de a mãe assegurar cuidado e afeto e de transmitir segurança (alienação por parte da mãe), poderá ter como consequência o desenvolvimento de problemas de relacionamento interpessoal na adolescência (Allen et al., 1998, cit. por Born, 2005; Machado, 2004), refletindo-se ao nível da alienação por parte dos pares. Quanto à segunda correlação, o facto de ser significativa a correlação entre comunicação ao pai e comunicação aos pares permite destacar a importância da comunicação e do papel do pai, em concreto, na vinculação, o que poderá abrir caminho para investigações futuras nesta matéria, visto que é a mãe quem, tendencialmente, é mais estudada na área da vinculação.

Tabela 7. Correlação entre as dimensões da vinculação aos pais (mãe e pai) e da vinculação aos pares

Vinculação		Pares								
		Subescalas								
		Confiança			Comunicação			Alienação		
		r Spearman	r Pearson	p	r Spearman	r Pearson	p	r Spearman	r Pearson	p
Mãe	Subescalas									
	Confiança		.008	.954						
	Comunicação					.193	.189			
	Alienação								.384**	.007
Pai	Subescalas									
	Confiança	.259		.083						
	Comunicação				.320*		.03			
	Alienação							.266		.074

*A correlação é significativa no nível .05

**A correlação é significativa no nível .01

3.5. Vinculação aos pais e aos pares e comportamentos antissociais

Conforme indicam os resultados da Tabela 8, não há correlações significativas entre comportamentos antissociais e vinculação à mãe, vinculação ao pai e vinculação aos pares. Assim, confirma-se a hipótese 7.

Tabela 8. *Correlação entre vinculação e comportamentos antissociais*

Vinculação			Comportamentos antissociais		
			r de Spearman	r de Pearson	p
Mãe	Escala	Vinculação		.125	.396
		Confiança		.092	.534
	Subescalas	Comunicação		.023	.875
		Alienação		-.107	.471
Pai	Escala	Vinculação	.196		.191
		Confiança	.231		.123
	Subescalas	Comunicação	.212		.158
		Alienação	.164		.277
Pares	Escala	Vinculação		.155	.292
		Confiança		.105	.479
	Subescalas	Comunicação		.084	.573
		Alienação		-.196	.183

Como se verifica, estes resultados não confirmam a Teoria do Controlo Social de Hirschi (1969), que postula que uma vinculação insegura aos pais está relacionada com o enfraquecimento dos laços sociais e, por sua vez, com o aumento da desviância. Do mesmo modo, estes resultados também não vão ao encontro das conclusões de Salt (2013) sobre uma vinculação insegura aos pais se relacionar com menores níveis de empatia e com o aumento do comportamento antissocial, enquanto a vinculação segura aos pais se associa a condutas pró-sociais. Constata-se, igualmente, que não se aplicam na presente investigação os pressupostos de Cabrera et al. (2017) sobre a

comunicação continuada entre pais e filhos adolescentes poder constituir um fator protetor para a prática de comportamentos antissociais.

Na verdade, a literatura evidencia uma relação significativa entre comportamentos antissociais e vinculação insegura, fazendo aqui uma distinção ao nível dos padrões de vinculação insegura de evitamento e desorganizada (Machado, 2004; Henriques, 2014); no entanto, tais dados não poderão ser recolhidos pelo IPPA, que apenas permite operacionalizar a vinculação em segura e insegura. Poderá ultrapassar-se esta limitação em estudos futuros, com a introdução de instrumentos que permitam complementar esta informação.

O facto de a correlação entre vinculação aos pares e comportamentos antissociais não ser estatisticamente significativa leva-nos a concluir que também estes resultados se distanciam de outros estudos, como o de Choon et al. (2013), que demonstram que uma vinculação segura aos pares tende a correlacionar-se positiva e significativamente com a envolvimento em comportamentos antissociais, especialmente se os pares praticarem atos desviantes. A prática de comportamentos antissociais na adolescência está, segundo a literatura, estreitamente ligada à associação a pares com comportamento desviante, que reforçam e aprovam estas condutas (Born, 2005; Cabrera et al., 2017). Todavia, a presente investigação não se centrou sobre o grupo de pares, desconhecendo-se se os amigos a quem os adolescentes se referem neste questionário praticam ou não comportamentos antissociais. Por isso, apresenta-se como sugestão para investigação futura a caracterização do grupo de pares, a fim de que o investigador possa ter informações mais precisas nesta matéria.

3.6. Memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares

Respeitante à relação entre memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares, apresenta-se a Tabela 9 onde se indicam os coeficientes de correlação de Pearson e de Spearman.

Tabela 9. Correlação entre memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares

Vinculação		Memórias de Vergonha								
		Escala de Vergonha Interna						Escala de Vergonha Externa		
		Vergonha interna			Autoestima			Vergonha Externa		
		r Spearman	r Pearson	p	r Spearman	r Pearson	p	r Spearman	r Pearson	p
Mãe	Escala	Vinculação								
	Subescalas	Confiança								
		Comunicação								
		Alienação								
Pai	Escala	Vinculação								
	Subescalas	Confiança								
		Comunicação								
		Alienação								
Pares	Escala	Vinculação								
	Subescalas	Confiança								
		Comunicação								
		Alienação								

*A correlação é significativa no nível .05

**A correlação é significativa no nível .01

De acordo com os dados da Tabela 9, pode afirmar-se existir uma correlação moderada muito significativa entre a alienação por parte dos pares e a vergonha interna ($r = -.437$; $p = .002$). É uma correlação negativa, deixando transparecer que quanto menor for a alienação, isto é, quanto menor o isolamento face aos pares, maior é a vergonha interna, que se reporta a características negativas do *self*. Isto pressupõe que quanto mais o adolescente estiver próximo dos pares e emocionalmente envolvido com eles,

maior tendência terá para se comparar com os outros e a autodesvalorizar-se. Conforme nos apresenta a literatura a respeito deste tema, quem tem uma maior vergonha interna constrói a sua identidade em torno de avaliações de si próprio como inferior ou insuficiente comparativamente aos outros, ainda que possa ser aceito no grupo de pares e ter um estatuto reconhecido (Gilbert, 2002, cit. por Cunha et al., 2016).

Contudo, este dado contrasta com a existência de uma correlação significativa, negativa, ($r = -.285$; $p = .049$) entre vinculação aos pares e vergonha externa, que significa que a uma maior vinculação aos pares se associa uma menor vergonha externa. Este resultado pode ser fundamentado tendo por base as conclusões de Salt (2013), que demonstra que uma vinculação segura pressupõe uma melhor autorregulação emocional e um modelo interno do *self* e das relações mais positivo, diminuindo a imagem negativa que o indivíduo pensa que os outros têm a seu respeito.

Subsistem, por isso, dúvidas quanto a esta discrepância nos resultados atinentes à correlação entre vinculação aos pares e vergonha interna e externa, na medida em que estas duas últimas variáveis tendem a potenciar-se mutuamente, sendo pouco provável que um indivíduo se perceciona de forma negativa sem que considere que os outros tenham a mesma visão negativa sobre si (Cunha et al., 2012). Visto que a literatura é limitada nesta matéria, será pertinente aprofundar e esclarecer esta questão em futuras investigações.

Através dos resultados que constam da Tabela 9, denota-se que é na vinculação aos pares, comparativamente à vinculação à mãe e ao pai, que mais se encontram correlações significativas com a vergonha interna e externa (principalmente). Verifica-se, ao nível da confiança com os pares, que a correlação com a vergonha externa é igualmente negativa e significativa ($r = -.318$; $p = .027$), indicando que uma maior confiança com os pares se relaciona com uma menor vergonha externa; o mesmo acontece na correlação entre comunicação e vergonha externa ($r = -.359$; $p = .012$). Tais dados comprovam que, na adolescência, são os pares que têm maior influência na regulação emocional dos adolescentes (Lee & Park, 2017).

Ainda ao nível da alienação, desta vez por parte do pai, denota-se uma correlação moderada significativa com a vergonha externa ($r = -.322$; $p = .029$). Por ser uma correlação negativa, entende-se que quanto mais isolado o adolescente estiver do pai, menor será a sua vergonha externa. É um resultado que contraria a ideia de que a vergonha emerge de uma rutura ou de dificuldades de relacionamento entre pais e filhos (Kaufman, 1989, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014; Schore, 1998, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014). Poderá ser relevante aprofundar este dado em investigações

futuras, já que pouco se conhece acerca do papel do pai na estruturação das memórias de vergonha.

Não se verificaram outras correlações significativas entre memórias de vergonha interna e externa e vinculação aos pais e aos pares. Contudo, por haver correlações significativas, rejeita-se a hipótese 8 para as variáveis acima elencadas.

3.7. Memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais

No que concerne à relação entre memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais, apenas se encontra uma correlação significativa ao nível da autoestima, conforme se verifica na Tabela 10, pelo que apenas se confirma a hipótese 9, de forma parcial, para estas variáveis. É uma correlação negativa ($r = -.360$; $p = .012$), pelo que uma maior autoestima se associa a uma menor prática de comportamentos antissociais. Este resultado coaduna-se com os pressupostos de Laible, Carlo e Roesch (2004) sobre esta matéria, defendendo que os adolescentes que têm maiores níveis de autoestima, face aos de menor autoestima, se sentem mais competentes para atender às necessidades dos outros e adotam comportamentos mais pró-sociais (e não antissociais).

Tabela 10. *Correlação entre memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais*

Memórias de vergonha	Comportamentos Antissociais	
	r de Pearson	p
Escala de Vergonha Interna	Vergonha interna	.220
	Autoestima	-.360*
Escala de Vergonha Externa	Vergonha externa	.074

*A correlação é significativa no nível .05

Para além de estarem associadas a problemas emocionais e/ou a psicopatologias, a vergonha interna e a vergonha externa têm vindo a relacionar-se com dificuldades no âmbito interpessoal, atinentes à prática de comportamentos antissociais (Matos et al., 2012; Rahim & Patton, 2015), todavia tal correlação não foi significativa neste estudo. Ao nível dos comportamentos antissociais, distinguiu-se o consumo de substâncias psicoativas nesta correlação, dado que Rahim e Patton (2015) concluíram que os indivíduos com propensão para a vergonha se encontravam mais vulneráveis

para o consumo de álcool e drogas, em especial os mais jovens. Assim, correlacionando-se a variável consumo de álcool e drogas com as variáveis vergonha interna ($p=.415$), vergonha externa ($p=.519$) e autoestima ($p=.075$), através do rho de Spearman, verificou-se que estas correlações também não são estatisticamente significativas.

CONCLUSÃO

A literatura tem evidenciado que a qualidade da vinculação aos pais e aos pares pode interferir na construção de modelos de funcionamento das relações e na estruturação do *self*, tendo implicações no funcionamento adaptativo ou disfuncional dos sujeitos, porém a influência desta variável no aparecimento e desenvolvimento de memórias de vergonha interna e externa e do comportamento antissocial tem sido pouco estudada teoricamente. Similarmente, também são escassos os estudos que relacionam o comportamento antissocial com as memórias de vergonha e, nesse sentido, a presente investigação assume essa particularidade, ao centrar-se sobre as relações entre as variáveis e recorrendo, para o efeito, a adolescentes institucionalizados em comunidade terapêutica, tendo em conta o género, o agregado familiar, a idade e o tempo de institucionalização.

De uma forma geral, demonstra-nos a literatura que os indivíduos com vinculação insegura aos pais e aos pares, que apresentam relações disfuncionais precoces, são mais propensos a memórias de vergonha interna e externa e a adotar comportamentos de risco, em particular os rapazes, ao nível da agressividade e consumo de substâncias psicoativas. Contudo, os resultados obtidos neste estudo, para além de não identificarem diferenças de género no que respeita à adoção de condutas antissociais, indicam que a qualidade da vinculação aos pais e aos pares não tem influência significativa nos comportamentos de desviância.

Relativamente às memórias de vergonha, os resultados revelam que uma maior autoestima se associa a uma menor prática de comportamentos antissociais. Observa-se ainda que são os pares quem tem maior influência na regulação emocional dos adolescentes, sendo na vinculação aos pares que mais se encontram correlações significativas com a vergonha interna (na dimensão da alienação, a correlação é negativa) e, principalmente, com a vergonha externa (nas dimensões da confiança e da comunicação, as correlações são negativas), o que permite comprovar a relevância da relação com os pares na adolescência. Já no que concerne à vinculação aos pais, verifica-se que é apenas na dimensão da alienação por parte do pai que se encontra uma correlação negativa significativa com a vergonha externa. Este dado assume alguma relevância na medida em que se distancia da concepção de que as memórias de vergonha resultam de uma rutura ou de dificuldades de relacionamento entre pais e filhos (Kaufman, 1989, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014; Schore, 1998, cit. por Matos & Pinto-Gouveia, 2014).

Não se verificaram correlações significativas entre vinculação aos pais (mãe e pai) e vinculação aos pares, pelo que não foi possível atestar a estabilidade do padrão de vinculação.

Ao nível das características sociodemográficas e institucionais, os resultados indicam que as variáveis género e idade não têm uma influência relevante no estudo, porém o tipo de agregado familiar condiciona significativamente a qualidade da vinculação aos pais, destacando-se que as vinculações mais seguras aos pais se associam a famílias onde prevalece a coparentalidade e estão presentes ambos os pais. A ausência do pai no agregado familiar não interfere com a qualidade da vinculação à mãe, mas associa-se a uma vinculação mais insegura ao pai. O tempo de institucionalização em comunidade terapêutica assume particular relevância, ao relacionar-se de forma inversamente proporcional com a prática de comportamentos antissociais e com a vergonha interna. Do mesmo modo, quanto maior o tempo de internamento em comunidade terapêutica, maior é a autoestima dos indivíduos, sendo estes dados indicadores de que a intervenção psicossocial nesta comunidade terapêutica cumpre os objetivos de mudança de padrões negativos a nível comportamental, cognitivo e emocional (IDT, 2011; Vieira, 2007).

Apresenta-se como sugestão de aprofundamento do tema, em trabalhos futuros, a análise de uma regressão linear múltipla, a fim de melhor se compreender a relação entre vinculação aos pais e aos pares, memórias de vergonha interna e externa e comportamentos antissociais na adolescência.

Este estudo apresenta algumas limitações, entre as quais o número reduzido da amostra, a diferença entre o número de rapazes e de raparigas, a pouca diferença de idades entre os participantes, e o facto de todos os adolescentes terem já praticado comportamentos antissociais. Esta opção poderá ter causado alguns constrangimentos na análise dos dados, devendo ser, por isso, sugerido que em investigações futuras a amostra seja alargada a adolescentes não institucionalizados em comunidades terapêuticas. Acrescenta-se que seria necessária uma caracterização mais detalhada sobre os pares destes sujeitos, dada a sua indiscutível influência na regulação emocional dos adolescentes, pelo que deveria ser incluído no estudo um questionário relativo ao grupo de pares que permitisse avaliar a sua associação à prática de comportamentos antissociais. Seria, igualmente, útil a realização de um estudo longitudinal a fim de avaliar se a qualidade da vinculação aos pais e aos pares, as memórias de vergonha interna e externa e a trajetória de desviância destes participantes se mantêm ou se transformam ao longo do tempo.

O recurso a instrumentos de autorresposta/autoperceção poderá também ter constituído uma limitação, porque se parte do princípio que os sujeitos respondem a verdade e isso nem sempre acontece, na medida em que, por vezes, podem dar a resposta socialmente aceitável. Com efeito, apesar de esta técnica ser a preferencialmente eleita para recolha de dados nesta matéria, seria pertinente que se pudessem incluir outras técnicas de avaliação e se integrassem no estudo outras fontes de informação, como as famílias e os técnicos.

Em suma, o presente trabalho dá a compreender que não existem determinismos e processos imutáveis no que concerne à vinculação, às memórias de vergonha e aos comportamentos antissociais, pelo que, nomeadamente na prática educativa e terapêutica, se espera que estes dados possam abrir caminho para que, através de programas de prevenção e de intervenção psicossocial com os jovens e suas famílias, se verifiquem alterações positivas no decurso de vida destes adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. (1985). Patterns of infant-mother attachments: antecedents and effects on development. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 61(9), 771-791.
- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716.
- Allen, J. (2008). The Attachment System in Adolescence. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment - Theory, Research, and Clinical Applications* (pp. 419-435). New York: The Guilford Press.
- Allen, J., McElhaney, K., Kuperminc, G., & Jodl, K. (2004). Stability and change in attachment security across adolescence. *Child Development*, 75(6), 1792-1805.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Armsden, G. C., & Greenberg, M. T. (1987). The inventory of parent and peer attachment: individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16(5), 427-454.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637-645.
- Berkout, O. V., Young, J. N., & Gross, A. M. (2011). Mean girls and bad boys: Recent research on gender differences in conduct disorder. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 503-511.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bouças, A. C. (2014). *Diferenças de Género e Delinquência Juvenil: Influência da Família e de Caraterísticas da Personalidade* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Bowlby, J. (1969/1982). *Attachment and loss: Attachment* (2nd ed., Vol.1). New York: Basic Books.

- Bowlby, J. (1989). *Uma Base Segura. Aplicações clínicas da Teoria do Apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cabrera, F., Herrera, A., Rubalcava, S., & Martínez, K. (2017). Behavior Patterns of Antisocial Teenagers Interacting with Parents and Peers: A Longitudinal Study. *Frontiers in Psychology*, 8, 1-11.
- Cassidy, J. (2008). The Nature of the Child's Ties. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment - Theory, Research, and Clinical Applications* (pp. 3-22). New York: The Guilford Press.
- Choon, L. J., Hasbullah, M., Ahmad, S., & Ling, W. S. (2013). Parental Attachment, Peer Attachment, and Delinquency among Adolescents in Selangor, Malaysia. *Asian Social Science*, 9(15), 214-219.
- Cunha, M., Matos, M., Faria, D., & Zagalo, S. (2012). Shame memories and psychopathology in adolescence: The mediator effect of shame. *International Journal of Psychology & Psychological Therapy*, 12(2), 203-218.
- Cunha, M., Xavier, A., Cherpe, S., & Pinto-Gouveia, J. (2016). Avaliação da Vergonha em Adolescentes: 'The Other as Shamer Scale'. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-9.
- DeKlyen, M. & Speltz, M. (2001). Attachment and conduct disorder. In J. Hill & B. Maughan (Eds.), *Conduct Disorders in Childhood and Adolescence* (pp. 320-345). Cambridge: Cambridge University Press.
- Farrington, D. P. (2002). Developmental Criminology and Risk-Focused Prevention. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 658-701). Oxford: Oxford University Press.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood Origins of Antisocial Behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12, 177-190.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, XXXII (143), 913-924.

- Gorrese, A., & Ruggieri, R. (2012). Peer Attachment: A Meta-Analytic Review of Gender and Age Differences and Associations with Parent Attachment. *Journal of Youth and Adolescence*, 41(5), 650-672.
- Henriques, B. M. (2014). Qualidade da Vinculação e Comportamento Antissocial na Infância. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 35-44.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Houtackers, R. (2015). The relationship between attachment, the self-conscious emotions of shame and guilt & problem behavior in adolescents. *Biomedical and Health Sciences Research - MaRBLE Research Papers*, 6, 292-301.
- IDT (2011). *Linhas orientadoras para o tratamento e reabilitação em comunidades Terapêuticas*. Lisboa. Consultado em <http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/TratamentoMais/Documentos%20Partilhados/LinhasOrientadorasTratamentoReabilitacaoComunidadesTerapeuticas.pdf>
- Kazdin, A. E., & Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social*. Amadora: McGraw-Hill.
- Kobak, R., & Madsen, S. (2008). Disruptions in attachment bonds: Implications for theory, research, and clinical intervention. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment - Theory, Research, and Clinical Applications* (pp. 23-47). New York: The Guilford Press.
- Kofler-Westergren, B., Klopf, J, & Mitterauer, B. (2010). Juvenile Delinquency: Father Absence, Conduct Disorder, and Substance Abuse as Risk Factor Triad. *International Journal of Forensic Mental Health*, 9, 33-43.
- Laible, D. J., Carlo G., & Roesch, S. C. (2004). Pathways to Self-Esteem in Late Adolescence: The Role of Parent and Peer Attachment, Empathy, and Social Behaviors. *Journal of Adolescence*, 27(6), 703-716.
- Lee, J., & Park, S. (2017). Interplay between Attachment to Peers and Parents in Korean Adolescents' Behavior Problems. *Journal of Child & Family Studies*, 26(1), 57-66.

- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2426&tabela=leis&fi cha=1&pagina=1&
- Machado, T. S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Eds.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Machado, T. S. (2009). Vinculação aos pais: retorno às origens. *Psicologia, Educação e Cultura*, XIII(1), 139-156.
- Matos, M., & Pinto-Gouveia, J. (2014). Shamed by a Parent or by Others: The Role of Attachment in Shame Memories Relation to Depression. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 14(2), 217-244.
- Matos, M., Pinto-Gouveia, J., & Duarte, C. (2012). When I don't Like Myself: Portuguese Version of the Internalized Shame Scale. *The Spanish Journal of Psychology*, 15(3), 1411-1423.
- Matos, M., Pinto-Gouveia, J., & Duarte, C. (2015). Constructing a Self Protected against Shame: The Importance of Warmth and Safeness Memories and Feelings on the Association between Shame Memories and Depression. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 15(3), 317-335.
- Matos, M., Pinto-Gouveia, J., & Gomes, P. (2010). A Centralidade das Experiências da Vergonha: Estudo das Propriedades Psicométricas da Versão Portuguesa da Escala da Centralidade do Acontecimento. *Psicologia*, XXIV (1), 73-95.
- Moffitt, T. E. (2003). Life-course-persistent and adolescence-limited antisocial behavior: A 10-year research review and a research agenda. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (pp. 49-75). New York: The Guilford Press.
- Morgado, A. M., & Dias, M. L. (2016). Comportamento Antissocial na Adolescência: O Papel das Características Individuais num Fenómeno Social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 17(1), 15-22.

- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito-interparental em adolescentes. *Psicologia, XXII*(1), 127-152.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis. Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Legis Editora.
- Neves, L., Soares, I., & Silva, M. (1999). Inventário da vinculação na adolescência – I.P.P.A.. In M. R. Simões, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (Vol. II, pp. 37-48). Braga: APPORT/SHO.
- Pace, C. S., Martini, P. S., & Zavattini, G. C. (2011). The factor structure of the Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA): A survey of Italian adolescents. *Personality and Individual Differences, 51*, 83-88.
- Paquette, D. (2004). Theorizing the father-relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development, 47*(4), 193-219.
- Passanisi, A., Gervasi, A. M., Madonia C., Guzzo, G., & Greco, D. (2015). Attachment, Self-Esteem and Shame in Emerging Adulthood. *Procedia - Social and Behavioral Sciences, 191*, 342-346.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto-Gouveia, J., Cunha, M., Matos, M., & Gilbert, P. (2013). *Escala da Vergonha Externa – versão breve para Adolescentes* (Other as Shamer brief version – OASB for Adolescents). Manuscrito não publicado. Coimbra, CINEICC, FPCEUC.
- Quivy, R., & Campenhoudt L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rahim, M., & Patton, R. (2015). The association between shame and substance use in young people: a systematic review. *PeerJ*, 1-13
- Salt, J. (2013). The Relationship between Maternal Sensitivity in Infancy, and Actual and Feared Separation in Childhood, on the Development of Adolescent Antisocial Behaviour. *Aggression and Violent Behaviour Journal* (artigo submetido).

- Sanches, C., Gouveia-Pereira, M., Marôco, J., Gomes, H., & Roncon, F. (2016). Deviant behavior variety scale: development and validation with a sample of Portuguese adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(31), 1-8.
- Scharfe, E. (2016). Sex Differences in Attachment. *Encyclopedia of Evolutionary Psychological Science*, 1-5.
- Simões, M. C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, S., Filipe, F., & Farate, C. (2014). Qualidade da vinculação percebida por mães e crianças em idade escolar provenientes de diferentes tipos de família. *Análise Psicológica*, 3(XXXII), 289-306.
- Soares, I. (2009). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349-367.
- Stuewig, J., & Tangney, J. P. (2007). Shame and guilt in antisocial and risky behaviors. In J. L. Tracy, R. W. Robins, & J. P. Tangney (Eds.), *The self-conscious emotions: Theory and research* (pp. 371-388). New York: The Guilford Press.
- Tracy, J. L., Robins, R. W., & Tangney, J. P. (2007). *The Self-Conscious Emotions: Theory and Research*. New York: The Guilford Press.
- Vieira, C. (2007). A Comunidade Terapêutica: da Integração à Reinserção. *Revista Toxicodependências*, 13(3), 15-22.
- Vries, S., Hoeve, M., Stams, G., & Asscher, J. (2016). Adolescent-Parent Attachment and Externalizing Behavior: The Mediating Role of Individual and Social Factors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 44(2), 283-294.
- Wei, M., Shaffer, P. A., Young, S. K., & Zakalik, R. A. (2005). Adult Attachment, Shame, Depression, and Loneliness: The Mediaton Role of Basic Psychological Needs Satisfaction. *Journal of Counseling Psychology*, 52(4), 591-601.

Wei, M., Vogel, D. L., Ku, T. Y., & Zakalik, R. A. (2005). Adult attachment, affect regulation, negative mood, and interpersonal problems: the mediation roles of emotional reactivity and emotional cutoff. *Journal of Counseling Psychology*, 52(1), 14-24.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Viseu, estamos a desenvolver um projeto de investigação acerca da vinculação aos pais e aos pares, associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

A tua participação é fundamental, por isso te pedimos que preenchas o seguinte questionário seguindo todas as instruções.

Responde com sinceridade às perguntas, indicando as opções de resposta que mais fazem sentido para ti. Não há respostas certas nem erradas.

O questionário é **anónimo**, não precisas de te identificar. Os dados são **confidenciais**, pelo que apenas serão utilizados nesta investigação e mais ninguém terá acesso a eles.

Quando terminares o preenchimento do questionário, tem o cuidado de confirmar se respondeste a todas as perguntas antes de entregar.

Obrigada pela tua colaboração!

I. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E INSTITUCIONAL

1. Género: Masculino ☐ Feminino ☐

2. Idade: _____ anos

3. Há quanto tempo estás a cumprir medida nesta comunidade terapêutica? _____

4. Com quem vivias antes de vires para esta comunidade terapêutica? _____

II. ESCALA DE VARIEDADE DO COMPORTAMENTO DESVIANTE (DBVS)

(Sanches, Gouveia-Pereira, Marôco, Gomes & Roncon, 2016)

Vamos agora apresentar-te alguns comportamentos que podem ser realizados por jovens da tua idade. Indica por favor se, durante o último ano, tiveste algum desses comportamentos.

Durante o último ano , alguma vez...	SIM	NÃO
1. Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Mentiste a adultos (ex: familiares, professores, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Consumiste cocaína ou heroína	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Usaste uma mota ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Bateste a um adulto (ex: professor, familiar, agente de segurança, etc)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Estragaste ou destruístes bens públicos ou privados (ex: parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Consumiste haxixe ("ganzas") ou marijuana ("erva")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Roubaste alguma coisa que valia mais de 50 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Vendeste droga (ex: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	SIM	NÃO
13. Faltaste às aulas porque não te apeteceu ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Conduziste uma mota ou um carro sem ter carta de condução	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Transportaste uma arma (ex: navalha, pistola, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Fizeste graffitis em edifícios ou noutros locais (ex: escola, transportes, muros, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

III. INVENTÁRIO SOBRE A VINCULAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA (IPPA)

(Armsden & Greenberg, 1987)

[Adaptado e validado para a população portuguesa por Neves, Soares e Silva (1999)]

Este inventário procura avaliar as relações atuais dos adolescentes com pessoas significativas – com a mãe, com o pai e com os amigos mais chegados. Por favor, lê cuidadosamente as instruções de cada parte do inventário.

Parte 1.

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos teus sentimentos para com a tua **mãe** ou a pessoa que fez mais vezes de mãe. Se tens mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, a mãe natural e a mãe adotiva, a madrinha, a avó, etc.) responde às afirmações seguintes tomando como referência aquela que mais te influenciou.

Por favor, lê cada afirmação cuidadosamente e marca uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento consideras mais verdadeira. No fim, certifica-te de que respondeste a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. A minha mãe respeita os meus sentimentos.					
2. Acho que a minha mãe é uma boa mãe.					
3. Gostava de ter uma mãe diferente da que tenho.					
4. A minha mãe aceita-me tal como sou.					
5. Gosto sempre de saber a opinião da minha mãe sobre coisas que são importantes para mim					
6. Acho inútil dar a conhecer os meus sentimentos à minha mãe.					
7. Mesmo quando estou fora de mim, sou capaz de escutar o que a minha mãe me queira dizer.					
8. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas à minha mãe.					
9. A minha mãe espera demasiado de mim.					
10. Perco a cabeça facilmente com a minha mãe.					
11. Fico fora de mim mais frequentemente do que a minha mãe pensa.					
12. Quando conversamos sobre qualquer assunto, a minha mãe tem em devida conta as minhas opiniões.					
13. A minha mãe confia na minha capacidade de ajuizar as coisas.					
14. Não aborreço a minha mãe com os meus problemas, pois ela já tem os dela.					
15. A minha mãe ajuda-me a eu compreender-me melhor a mim próprio.					
16. Costumo falar à minha mãe dos meus problemas ou complicações.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
17. A minha mãe irrita-me.					
18. A minha mãe não me dá muita atenção.					
19. A minha mãe ajuda-me a falar acerca das minhas próprias dificuldades.					
20. A minha mãe compreende-me.					
21. Quando me irrita com qualquer coisa a minha mãe procura ser compreensiva.					
22. Confio na minha mãe.					
23. A minha mãe não compreende o que é a minha vida.					
24. Posso contar com a minha mãe quando preciso de me ver livre de algum peso que tenho dentro de mim.					
25. Quando a minha mãe percebe que tenho alguma coisa que me aborrece, pergunta-me sempre o que tenho.					

Parte 2.

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos teus sentimentos para com o teu **pai** ou a pessoa que fez mais vezes de pai. Se tens mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, o pai natural e o pai adotivo, o padrinho, o avô, o tio, etc.) responde às afirmações seguintes tomando como referência aquela que mais te influenciou.

Por favor, lê cada afirmação cuidadosamente e marca uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento consideras mais verdadeira.

No fim, certifica-te de que respondeste a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. O meu pai respeita os meus sentimentos.					
2. Acho que o meu pai é um bom pai.					
3. Gostava de ter um pai diferente do que tenho.					
4. O meu pai aceita-me tal como sou.					
5. Gosto sempre de saber a opinião do meu pai sobre coisas que são importantes para mim.					
6. Acho inútil dar a conhecer os meus sentimentos ao meu pai.					
7. Mesmo quando estou fora de mim, sou capaz de escutar o que o meu pai me tenha para dizer.					
8. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas ao meu pai.					
9. O meu pai espera demasiado de mim.					
10. Perco a cabeça facilmente com o meu pai.					
11. Fico fora de mim mais frequentemente do que o meu pai pensa.					
12. Quando conversamos sobre qualquer assunto, o meu pai tem em consideração as minhas opiniões.					
13. O meu pai confia na minha capacidade de ajuizar as coisas.					
14. Não aborreço o meu pai com os meus problemas, pois ele já tem os dele.					
15. O meu pai ajuda-me a eu compreender-me melhor a mim próprio.					
16. Costumo falar ao meu pai dos meus problemas ou complicações.					
17. O meu pai irrita-me.					
18. O meu pai não me dá muita atenção.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
19. O meu pai ajuda-me a falar acerca das minhas próprias dificuldades.					
20. O meu pai compreende-me.					
21. Quando me irrito com qualquer coisa o meu pai procura ser compreensivo.					
22. Confio no meu pai.					
23. O meu pai não compreende o que é a minha vida.					
24. Posso contar com o meu pai quando preciso de me ver livre de algum peso que tenho dentro de mim.					
25. Quando o meu pai percebe que tenho alguma coisa que me aborrece, pergunta-me sempre o que tenho.					

Parte 3.

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos teus sentimentos e às relações com os teus **amigos**.

Por favor, lê cada afirmação cuidadosamente e marca uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento consideras mais verdadeira.

No fim, certifica-te de que respondeste a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. Gosto sempre de saber a opinião dos meus amigos sobre os assuntos que me dizem respeito.					
2. Mesmo quando estou fora de mim por qualquer motivo, sou capaz de escutar o que os meus amigos me queiram dizer.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
3. Quando falo de qualquer assunto com os meus amigos, eles têm em consideração os meus pontos de vista.					
4. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas com os meus amigos.					
5. Gostava que os meus amigos fossem diferentes daquilo que são.					
6. Os meus amigos compreendem-me.					
7. Os meus amigos ajudam-me a eu falar das minhas próprias dificuldades.					
8. Os meus amigos aceitam-me como sou.					
9. Frequentemente, sinto uma grande necessidade de estar com os meus amigos.					
10. Os meus amigos não percebem o que eu ando a fazer na vida.					
11. Sinto-me só ou marginalizado quando estou com os meus amigos.					
12. Os meus amigos dão atenção ao que eu digo.					
13. Acho que os meus amigos são bons amigos.					
14. Tenho bastante facilidade em falar com os meus amigos sobre qualquer assunto.					
15. Quando estou irritado com qualquer coisa, os meus amigos procuram compreender-me.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
16. Os meus amigos ajudam-me a eu compreender-me melhor.					
17. Os meus amigos têm em consideração a minha maneira de ser.					
18. Irrito-me com os meus amigos.					
19. Quando tenho algum problema grave posso contar com os meus amigos.					
20. Confio nos meus amigos.					
21. Os meus amigos respeitam os meus sentimentos.					
22. Fico fora de mim mais frequentemente do que os meus amigos pensam.					
23. Dá a impressão que os meus amigos estão irritados comigo sem razão					
24. Posso falar francamente aos meus amigos dos meus problemas e complicações.					
25. Quando os meus amigos percebem que eu tenho algum problema, procuram sempre saber o que tenho.					

IV. ESCALA DE VERGONHA INTERNA (ISS-A)

(Cook, 1996)

[Adaptada e validada para a população portuguesa por Matos & Pinto-Gouveia, 2006]]

Em baixo, encontra-se um conjunto de afirmações que descrevem sentimentos ou experiências que podes ter de vez em quando, ou que te são familiares porque tens tido estes sentimentos e experiências desde há muito tempo.

A maioria das afirmações descreve sentimentos e experiências que geralmente são dolorosos ou negativos de alguma forma. Algumas pessoas nunca, ou quase nunca, tiveram muitos destes sentimentos. Toda a gente já teve, em algum momento, alguns destes sentimentos, contudo, se considerares que estas afirmações descrevem de

alguma forma como te sentes grande parte do tempo, apenas lê-las pode ser difícil. Tenta responder com honestidade.

Por favor, lê cuidadosamente cada afirmação e **faz um círculo** em torno do número à esquerda do item que melhor indica a frequência com que sentes o que está descrito na frase. Usa a escala que se apresenta de seguida. **NÃO TE ESQUEÇAS DE NENHUM ITEM.**

Escala

0	1	2	3	4
Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Quase sempre

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1. Sinto que nunca sou suficientemente bom. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 2. Sinto-me um pouco à parte. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 3. Penso que as pessoas me olham com superioridade. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 4. Geralmente costumo sentir que sou bem sucedido. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5. Critico-me e desvalorizo-me a mim mesmo. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 6. Sinto-me inseguro em relação à opinião dos outros sobre mim. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 7. Em comparação com outras pessoas, sinto que, de alguma forma, nunca estou à altura. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 8. Vejo-me como sendo pequenino e insignificante. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 9. Sinto que tenho muito de que me orgulhar. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 10. Sinto-me muito inadequado e cheio de dúvidas sobre mim mesmo. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 11. Sinto-me como se tivesse algum defeito enquanto pessoa, como se alguma coisa estivesse errada em mim. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 12. Quando me comparo com os outros, acho que não sou tão importante quanto eles. |

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 13. Tenho um medo terrível que os outros notem os meus erros. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 14. Acho que tenho várias qualidades. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 15. Vejo-me a lutar por ser perfeito mas a ficar sempre aquém do que é esperado. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 16. Penso que os outros conseguem ver os meus defeitos. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 17. Quando cometo um erro sinto vontade de bater em mim mesmo. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 18. De uma forma global, estou satisfeito comigo. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 19. Eu gostava de desaparecer quando cometo um erro/quando falho. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 20. Eu revejo na minha cabeça vezes sem conta acontecimentos dolorosos até ficar esgotado. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 21. Sinto que sou uma pessoa com valor, pelo menos ao mesmo nível que os outros. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 22. Há alturas em que sinto como se fosse quebrar-me em mil pedaços. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 23. Sinto-me como se tivesse perdido o controlo sobre o meu corpo e as minhas emoções. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 24. Às vezes sinto-me tão pequeno como um rato. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 25. Há alturas em que me sinto tão exposto que só queria que se abrisse um buraco no chão e desaparecer nele. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 26. Tenho um vazio doloroso dentro de mim que ainda não consegui preencher. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 27. Sinto-me vazio e incompleto. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 28. Tenho uma atitude positiva para comigo mesmo. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 29. A minha solidão é mais como uma espécie de vazio. |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 30. Sinto-me como se faltasse alguma coisa. |

V. ESCALA DE VERGONHA EXTERNA (OASB-A)

(Goss, Gilbert & Allan, 1994)

[Adaptada e validada para a população adolescente portuguesa por

Pinto-Gouveia, Cunha, Matos & Gilbert, 2013)]

Esta escala tem como objetivo perceber o que as pessoas pensam acerca do modo como os outros as veem. De seguida, é apresentada uma lista de afirmações que descrevem sentimentos ou experiências referentes à forma como sentes que os outros te veem (visão que os outros têm de ti). Lê atentamente cada uma das afirmações, e assinala com um círculo o número que indica a frequência com que te sentes ou experiencias o que está descrito na frase.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
1. Sinto que as outras pessoas não me veem como sendo suficientemente bom(boa).	0	1	2	3	4
2. Penso que as pessoas me desprezam.	0	1	2	3	4
3. Sinto-me inseguro(a) acerca das opiniões dos outros sobre mim.	0	1	2	3	4
4. As outras pessoas olham-me como se eu não estivesse à altura delas.	0	1	2	3	4
5. As outras pessoas veem-me como se eu fosse pequeno(a) e insignificante	0	1	2	3	4
6. As outras pessoas veem-me como se eu fosse uma pessoa defeituosa.	0	1	2	3	4
7. As pessoas veem-me como pouco importante em relação aos outros.	0	1	2	3	4
8. Os outros pensam que há qualquer coisa que falta em mim.	0	1	2	3	4

--- FIM ---

Anexo B – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Variedade do Comportamento Desviante (DBVS)

[Contacto via email no dia 07/12/2015, para maria.pereira@ispa.pt]

Cara Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira,

O meu nome é Vilma Silvestre e estou a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu. A minha dissertação, sob orientação das Professoras Doutoras Emília Martins e Cátia Magalhães, terá como tema a vinculação aos pais e aos pares associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

Por conseguinte, no âmbito deste projeto, solicito que me conceda autorização para poder aplicar o instrumento de que é autora – Escala de Desvio e Delinquência –, bem como me faculte o instrumento e o respetivo protocolo de aplicação.

Muito grata pela atenção dispensada, manifesto-me disponível para quaisquer esclarecimentos que entenda convenientes.

Cordiais cumprimentos,

Vilma Silvestre

Anexo C – Pedido de Autorização para utilização do Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA)

[Contacto via email no dia 07/12/2015, para isoares@psi.uminho.pt]

Cara Professora Doutora Isabel Soares,

O meu nome é Vilma Silvestre e estou a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu. A minha dissertação, sob orientação das Professoras Doutoras Emília Martins e Cátia Magalhães, terá como tema a vinculação aos pais e aos pares associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

Por conseguinte, no âmbito deste projeto, solicito que me conceda autorização para poder aplicar o instrumento de que é autora – Inventário da Vinculação para Pais e Pares (IPPA) –, bem como me faculte o instrumento e o respetivo protocolo de aplicação.

Muito grata pela atenção dispensada, manifesto-me disponível para quaisquer esclarecimentos que entenda convenientes.

Cordiais cumprimentos,

Vilma Silvestre

Anexo D – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Vergonha Interna (ISS-A)

[Contacto via email no dia 07/12/2015, para marcela.s.matos@gmail.com]

Cara Professora Doutora Marcela Matos,

O meu nome é Vilma Silvestre e estou a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu. A minha dissertação, sob orientação das Professoras Doutoras Emília Martins e Cátia Magalhães, terá como tema a vinculação aos pais e aos pares associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

Por conseguinte, no âmbito deste projeto, solicito que me conceda autorização para poder aplicar o instrumento de que é autora – ISS-A (Escala de Vergonha Interna) –, bem como me faculte o instrumento e o respetivo protocolo de aplicação.

Muito grata pela atenção dispensada, manifesto-me disponível para quaisquer esclarecimentos que entenda convenientes.

Cordiais cumprimentos,

Vilma Silvestre

Anexo E – Pedido de Autorização para utilização da Escala de Vergonha Externa (OASB-A)

[Contacto via email no dia 07/12/2015, para jpgouveia@fpce.uc.pt]

Caro Professor Doutor José Pinto-Gouveia,

O meu nome é Vilma Silvestre e estou a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu. A minha dissertação, sob orientação das Professoras Doutoras Emília Martins e Cátia Magalhães, terá como tema a vinculação aos pais e aos pares associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

Por conseguinte, no âmbito deste projeto, solicito que me conceda autorização para poder aplicar o instrumento de que é autor – Escala de Vergonha Externa (OASB-A) – bem como me faculte o instrumento e o respetivo protocolo de aplicação.

Muito grata pela atenção dispensada, manifesto-me disponível para quaisquer esclarecimentos que entenda convenientes.

Cordiais cumprimentos,

Vilma Silvestre

Anexo F – Pedido de Autorização à Direção Técnica da Comunidade Terapêutica para aplicação do Questionário

**AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA CT PARA
APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

Exmo. Senhor Diretor Técnico da CT,

O meu nome é Vilma Silvestre e estou a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Viseu.

O estudo que me proponho realizar, sob orientação das Professoras Doutoras Emília Martins e Cátia Magalhães, visa a vinculação aos pais e aos pares associada às memórias de vergonha e à prática de comportamentos antissociais, em adolescentes inseridos em comunidade terapêutica.

Venho, por isso, pedir a sua autorização, na qualidade de Diretor Técnico da instituição, para poder aplicar os instrumentos em anexo, na forma de questionário, aos utentes que se encontram a cumprir o programa de reabilitação nesta comunidade terapêutica.

A colaboração dos jovens é crucial para o desenvolvimento do presente estudo, no entanto informo que a sua participação é de carácter voluntário. Os dados recolhidos serão apenas relativos à experiência individual e relacional dos sujeitos, garantindo-se a confidencialidade e o anonimato dos mesmos.

Muito grata pela atenção dispensada.

Cordialmente,
Vilma Silvestre

Viseu, 26 de fevereiro de 2016

Com o consentimento do Diretor,
